

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL INTERRUPTÍVEL

ENTRE

PETRORECÔNCAVO S.A.

E

SPE MIRANGA S.A.

E

POTIGUAR E&P S.A.

NA QUALIDADE DE VENDEDORAS

E

COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS

NA QUALIDADE DE COMPRADORA

ÍNDICE

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS	4
CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO	9
CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E INÍCIO DO FORNECIMENTO	9
CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSOS DE RETIRADA E FORNECIMENTO	9
CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO GÁS	10
CLÁUSULA SEXTA – FATURAMENTO	13
CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE PAGAMENTOS	16
CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO E FORNECIMENTO DO GÁS	18
CLÁUSULA NONA – PONTO DE ENTRADA	19
CLÁUSULA DEZ – MEDIÇÃO DO GÁS E CONDIÇÕES DE ENTREGA	19
CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS	19
CLÁUSULA DOZE – PENALIDADES	20
CLÁUSULA TREZE – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS	21
CLÁUSULA CATORZE – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO	22
CLÁUSULA QUINZE – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR	24
CLÁUSULA DEZESSEIS – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	26
CLÁUSULA DEZESETE – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE	27
CLÁUSULA DEZOITO – GOVERNANÇA	27
CLÁUSULA DEZENOVE – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	29
CLÁUSULA VINTE – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO	30
CLÁUSULA VINTE E UM – NOVAÇÃO	31
CLÁUSULA VINTE E DOIS – DISPOSIÇÕES GERAIS	31
CLÁUSULA VINTE E TRÊS – CONFORMIDADE DAS PARTES	32

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL NA MODALIDADE INTERRUPTÍVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, PETRORECÔNCAVO S.A., SPE MIRANGA S.A. E POTIGUAR E&P S.A. E DE OUTRO, COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS, NA FORMA ABAIXO:

PETRORECÔNCAVO S.A., sociedade com sede na Cidade de Mata de São João, Estado da Bahia, na Estrada do Vinte Mil, km 3,5, Estação São Roque, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) sob o nº 03.342.704/0001-30, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada “**PETRORECÔNCAVO**” ou “**VENDEDORA**”;

SPE MIRANGA S.A., sociedade com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Avenida Luiz Viana, nº 13.223, Hangar Business Park – Torre 03, sala 401 – São Cristóvão, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) sob o nº 40.768.701/0001-90, doravante denominada “**SPE MIRANGA**” ou “**VENDEDORA**”;

POTIGUAR E&P S.A. – POTIGUAR E&P, sociedade com sede na Cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, na Rua Artur Paula, nº 02, Nova Betânia, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) sob o nº 30.759.670/0001-57, doravante denominada “**POTIGUAR**” ou “**VENDEDORA**”.

COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS, sociedade com sede na Avenida Professor Magalhães Neto, nº 1.838, Pituba, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 34.432.153/0001-20, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de compradora, doravante denominada “**COMPRADORA**”.

Individualmente referidas como “PARTE” e conjuntamente como “PARTES”,

CONSIDERANDO QUE:

- a VENDEDORA é concessionária autorizada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP para a exploração e produção de petróleo e gás natural;
- a VENDEDORA possui autorização da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP para a prática da atividade de comercialização de gás natural, dentro da esfera de competência da União;
- que as PARTES celebraram um contrato de compra e venda de gás em 22/12/2021 na modalidade Firme Inflexível cujo prazo de vigência original se estende até 31/12/2026 (conforme definido abaixo, o CONTRATO FIRME);
- a COMPRADORA, no âmbito de suas atividades, empenha-se em atender a demanda de gás natural do mercado de sua área de concessão e, para tanto, busca contratar suprimento de tal insumo que lhe permita garantir oferta ao seu mercado com segurança, continuidade e competitividade;

- a compra e venda de gás natural objeto deste CONTRATO não está sujeita à obrigatoriedade de prévio procedimento licitatório com base na hipótese de inaplicabilidade de licitação prevista no Inciso I, Parágrafo 3º do Artigo 28 da Lei Federal 13.303, de 30/06/2016;

RESOLVEM as PARTES celebrar o presente Contrato de Compra e Venda de Gás Natural na Modalidade Interruptível ("CONTRATO"), que será regido pelas cláusulas, condições e anexos a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS

1.1 Qualquer referência a cláusulas e itens constantes abaixo são referentes aos termos e condições do presente CONTRATO.

1.2 Qualquer termo ou expressão grafado em maiúsculas neste CONTRATO ou em qualquer dos seus ANEXOS, terá o significado que lhe foi atribuído nesta cláusula, seja no singular ou no plural:

AFILIADA: significa, com relação a qualquer PARTE, qualquer pessoa física ou jurídica, residente ou com sede no Brasil ou no exterior que (i) seja, direta ou indiretamente, controlada por esta PARTE; (ii) controle, direta ou indiretamente, tal PARTE; (iii) seja, direta ou indiretamente, controlada por qualquer pessoa que controle, direta ou indiretamente, tal PARTE. Conforme utilizado nesta definição, "controle" significa a titularidade de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; bem como a utilização efetiva de seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.

ANO: significa cada período que:

(a) para o primeiro ANO, começará no DIA do INÍCIO DE FORNECIMENTO e terminará no último DIA do mês de dezembro do ano em questão;

(b) para cada ANO sucessivo ao referenciado na alínea (a) supra, com exceção do último ANO de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA do mês de dezembro do mesmo ano;

(c) para o último ANO de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA de vigência do CONTRATO.

ANP: significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, agência reguladora da atividade do setor de gás e petróleo, criada pela Lei nº 9.478, de 06/08/1997, ou qualquer outra entidade que, por força de LEI, venha a substituí-la no futuro.

ARBITRAGEM: significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 13.1 e seus subitens.

ARREDONDAMENTO, ARREDONDADO ou ARREDONDAR: significa o critério de arredondamento abaixo descrito:

(a) se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 a 4, o algarismo a ser arredondado manterá seu valor;

(b) se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 a 9, o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor.

AUTORIDADE GOVERNAMENTAL: significa qualquer autoridade brasileira na esfera federal, estadual ou municipal, incluindo a ANP, qualquer tribunal, autoridade pública, ou qualquer órgão, agência ou pessoa jurídica de direito público que tenha competência administrativa, tributária, regulatória, executiva, judicial ou legislativa sobre qualquer das PARTES ou sobre as operações previstas neste CONTRATO, sendo certo que a PETROBRAS ou suas AFILIADAS não devem ser consideradas como AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS.

BALANCEAMENTO: significa o gerenciamento das injeções e retiradas de GÁS no SISTEMA DE TRANSPORTE para fins de equilíbrio e execução eficiente e segura dos serviços de transporte pelo TRANSPORTADOR.

BANCO CUSTODIANTE: significa a instituição bancária com a qual seja celebrado contrato para a administração da CONTA DE CUSTÓDIA.

CALIBRAÇÃO: significa o conjunto de operações que estabelece a relação entre os valores indicados por um instrumento de medição ou sistema de medição e os valores correspondentes das grandezas, estabelecidos por padrões com resultados rastreáveis à RBC (Rede Brasileira de Calibração).

CALORIA: significa a quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1g (um grama) de água pura de 14,5° C (quatorze vírgula cinco graus Celsius) até 15,5° C (quinze vírgula cinco graus Celsius) à pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals). Uma CALORIA equivale a 4,1855 J (quatro vírgula um oito cinco cinco Joules). Uma QUILOCALORIA (kcal) significa 1.000 (mil) CALORIAS.

CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR: significa qualquer evento que se enquadre nos conceitos de caso fortuito ou força maior contidos no artigo 393 e em seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, observadas as condições e situações previstas na CLÁUSULA QUINZE – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

CONDIÇÕES BASE: significam as condições de temperatura de 20° C (vinte graus Celsius) e a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals).

CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA: significam as condições de temperatura de 20° C (vinte graus Celsius), a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals) e o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS), em base seca, para o GÁS igual ao PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

CONTA DE CUSTÓDIA: significa a conta bancária de titularidade de ambas as PARTES, mantida junto ao BANCO CUSTODIANTE em que a PARTE que discordar de qualquer quantia cobrada em decorrência do CONTRATO poderá efetuar pontualmente o depósito de quantia igual à diferença entre o montante global cobrado e a parcela incontroversa dessa cobrança. Neste caso, caberá à PARTE que suscitar a controvérsia o ônus de abertura e manutenção da CONTA DE CUSTÓDIA durante o tempo em que durar a controvérsia. O contrato da CONTA DE CUSTÓDIA deverá respeitar o disposto no presente instrumento.

CONTRATO: significa este contrato de compra e venda de gás natural celebrado na MODALIDADE INTERRUPTÍVEL.

CONTRATOS DE TRANSPORTE: significam, em conjunto, os CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA e o CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA.

CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA: significam os contratos de transporte para entrada, a serem celebrados pela VENDEDORAS com o TRANSPORTADOR, necessários à entrega do GÁS objeto deste CONTRATO no PONTO DE ENTRADA.

CONTRATOS DE TRANSPORTE DE SAÍDA: significam os contratos de transporte para saída a serem celebrados pela COMPRADORA com o TRANSPORTADOR, necessários à disponibilização do GÁS objeto deste CONTRATO nos PONTOS DE SAÍDA.

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NA MODALIDADE FIRME ou CONTRATO FIRME: significa o contrato de compra e venda de GÁS celebrado na MODALIDADE FIRME, seus anexos e aditivos celebrados pelas PARTES.

CONTRATO(S) UPSTREAM: significa(m) (i) o(s) contrato(s) que permite(m) à VENDEDORA acessar as infraestruturas de escoamento e processamento, que viabilizam a disponibilização da molécula do GÁS pela VENDEDORA em condições comercializáveis à COMPRADORA.

DIA: significa cada dia calendário do período de vigência do CONTRATO, tendo início à 00:00h (zero hora) e término às 23:59h (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos), tendo como referência GMT-3h (Greenwich Meridian Time menos três horas).

DIA ÚTIL: significa qualquer dia em que os bancos sejam obrigados a operar simultaneamente nas cidades onde se localizam as sedes da VENDEDORA e da COMPRADORA.

DISPUTA: significa qualquer controvérsia concernente à interpretação ou à execução do CONTRATO, que deverá ser submetida à ARBITRAGEM.

DOCUMENTO DE COBRANÇA: significa qualquer fatura, nota fiscal, duplicata, nota de débito, boleto bancário, bem como qualquer outro título emitido por uma PARTE à outra para cobrança de valor que deva ser pago, nos termos do CONTRATO, pela outra PARTE.

DOCUMENTO DE CRÉDITO: significa qualquer carta de crédito, bem como qualquer outro documento ou NOTIFICAÇÃO emitida por uma PARTE à outra para concessão de crédito de um valor que deva ser devolvido ou creditado, nos termos do CONTRATO, para a outra PARTE.

ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT): significa a eventual parcela de custo de transporte correspondente aos custos incorridos pela VENDEDORA, em qualquer periodicidade, em razão da contratação do transporte e todos os valores que venham a ser relacionados, direta ou indiretamente, com a celebração e manutenção dos CONTRATOS DE TRANSPORTE, que não estejam incluídos no faturamento regular do GÁS.

ENCARGOS MORATÓRIOS: significam os encargos cobrados em razão de atraso no pagamento de qualquer valor devido, conforme definido no item 6.9.

ENCARGO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE: significa remuneração devida ao TRANSPORTADOR pela VENDEDORA, em contraprestação ao serviço de transporte de entrada e calculada na forma do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA, que inclui diferentes tarifas individuais, que na presente data são a tarifa de capacidade de entrada e a tarifa de capacidade-empacotamento, que compõem a tarifa total.

EVENTO DE INADIMPLEMENTO: significa qualquer dos eventos definidos no item 14.1.

FALHA DE PROGRAMAÇÃO: significa a situação caracterizada pela ocorrência, em determinado DIA de qualquer das seguintes hipóteses:

- (a) ação ou omissão comprovada da VENDEDORA que ocasione a recusa de programação de GÁS pelo TRANSPORTADOR, impossibilitando ou limitando a retirada de GÁS nos PONTOS DE SAÍDA; ou
- (b) envio, por uma das PARTES, e consequente aceite e programação pelo TRANSPORTADOR, de QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA inferior àquela definida como QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP)

Excetuando-se qualquer das seguintes hipóteses, em que não se configurará FALHA DE PROGRAMAÇÃO:

- (i) ser o fato atribuído a CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;
- (ii) ter a outra PARTE sido a parte determinante para tal ocorrência;
- (iii) ter a outra PARTE deixado de fazer, junto ao TRANSPORTADOR, a nominação do GÁS para retirada no(s) PONTO(S) DE SAÍDA, ou tenha feito nominação do GÁS para retirada no PONTO DE SAÍDA em desacordo com a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP);
- (iv) falhas e/ou descumprimento atribuídos ao TRANSPORTADOR; ou
- (v) situações de PARADAS PROGRAMADAS e PARADAS EMERGENCIAIS, aqui incluindo nos CONTRATOS DE TRANSPORTE e/ou na UPGN.

GARANTIA DE PAGAMENTOS: significa a garantia, oferecida pela COMPRADORA, para assegurar à VENDEDORA o recebimento dos pagamentos devidos em decorrência do CONTRATO, definida na CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE PAGAMENTOS.

GÁS ou GÁS NATURAL: significa o gás natural objeto do CONTRATO, composto pela mistura de hidrocarbonetos constituída essencialmente de metano, outros hidrocarbonetos e gases não combustíveis, que se extrai de reservatórios naturais e que se encontra no estado gasoso quando nas CONDIÇÕES BASE; que tenha origem nacional ou importada e que, após processamento, atenda à especificação do regulamento técnico que é parte integrante da resolução ANP nº 16 de 17/06/2008, ou norma que venha a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente.

IGP-M: significa o Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou outro índice que venha a substituí-lo. Caso o IGP-M seja extinto e não seja substituído por outro índice, as PARTES acordarão um novo índice para atender ao mesmo fim.

INÍCIO DO FORNECIMENTO: significa a data definida no presente CONTRATO.

LEI: significa qualquer espécie de ato normativo (como, por exemplo, lei, decreto, resolução, portaria) vigente no Brasil que afete diretamente o cumprimento, por qualquer uma das PARTES, das disposições previstas no CONTRATO.

LIMITE DE CRÉDITO CORPORATIVO (LCC): significa o limite definido pela VENDEDORA na forma do item 6.6 e seus subitens.

MÊS: significa, para o primeiro MÊS, o período que começa no DIA do INÍCIO DE FORNECIMENTO e termina às 23:59h (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do último DIA de tal MÊS. Para o último MÊS, começará no primeiro DIA do MÊS correspondente e terminará no último DIA de vigência do CONTRATO. Para os demais MESES, corresponde a cada mês calendário de vigência do CONTRATO, tendo início à 00:00h (zero hora) do primeiro DIA de cada MÊS e terminando às 23:59h (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do último DIA de tal MÊS. MENSALMENTE será interpretado de modo análogo.

METRO CÚBICO ou M³: significa o volume de GÁS que, nas CONDIÇÕES BASE, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico.

MODALIDADE FIRME: significa a modalidade de fornecimento de GÁS na qual, a pedido da COMPRADORA, a VENDEDORA se obriga a fornecer GÁS, até o limite da quantidade diária contratada estabelecida no CONTRATO FIRME.

MODALIDADE INTERRUPTÍVEL: significa a modalidade de fornecimento de GÁS na qual: (i) o efetivo fornecimento de GÁS depende tanto da manifestação da COMPRADORA sobre o seu interesse em receber o GÁS e indicação da QUANTIDADE DE GÁS como da manifestação da VENDEDORA sobre o seu interesse em fornecê-lo na respectiva QUANTIDADE DE GÁS; (ii) a falta de interesse das PARTES em fornecer ou receber GÁS NATURAL, ou a indisponibilidade de GÁS NATURAL para atendimento ao presente CONTRATO não geram quaisquer responsabilidades para as PARTES.

MULTA: significa o valor percentual definido nos ENCARGOS MORATÓRIOS, aplicado como penalidade pelo atraso no pagamento, por uma das PARTES, de qualquer valor devido em decorrência deste CONTRATO.

NOTIFICAÇÃO: significa qualquer comunicação entre as PARTES feita na forma e dirigida aos endereços constituídos na CLÁUSULA VINTE – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO cujo recebimento possa ser provado, pela PARTE emitente, de forma inequívoca, tal como uma notificação judicial ou extrajudicial, carta, comunicação eletrônica, fac-símile ou qualquer outro meio de notificação escrita que ofereça garantias semelhantes de comprovação de recebimento. Entenda-se NOTIFICAR e suas flexões verbais como o ato de enviar uma NOTIFICAÇÃO.

PARADAS EMERGENCIAIS: significa situações emergenciais, que não são possíveis serem comunicadas antecipadamente, e que resultem em redução total ou parcial do fornecimento ou no recebimento de GÁS, seja no CONTRATO DE TRANSPORTE ou no CONTRATO UPSTREAM.

PARADA PROGRAMADA: significa situações transitórias comunicadas antecipadamente, que resultem em redução total ou parcial do fornecimento ou no recebimento de GÁS, para fins de manutenção ou reparo, técnica ou legalmente recomendada, em equipamentos ou condutos vinculados ao fornecimento ou recebimento do GÁS, seja no CONTRATO DE TRANSPORTE ou no CONTRATO UPSTREAM.

PARCELA DE MOLÉCULA (PM): significa a parcela referente à molécula contida no PREÇO DO GÁS (PG), estabelecida de tempos em tempos nos termos do CONTRATO.

PARCELA DE TRANSPORTE (PT): significa a parcela referente ao transporte contida no PREÇO DO GÁS (PG).

PORTE(S): no singular, significa a VENDEDORA ou a COMPRADORA, conforme o caso; no plural, significa a VENDEDORA e a COMPRADORA, conjuntamente, conforme definição no preâmbulo deste CONTRATO.

PARTE AFETADA: significa a PARTE que invocar a ocorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, nos termos da CLÁUSULA QUINZE – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

PERÍODO DE FATURAMENTO: significam os períodos definidos no item 6.1.

PERÍODO DE FORNECIMENTO: significa o intervalo de DIAS entre a data de INÍCIO DO FORNECIMENTO e o último DIA de vigência do CONTRATO.

PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR): significa o PCS de 9.400 kcal/m³ (nove mil e quatrocentas QUILOCALORIAS por METRO CÚBICO).

PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS): significa a quantidade de energia liberada, na forma de calor, na combustão completa de uma quantidade definida de gás com ar, à pressão constante e com todos os produtos de combustão retornando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido. A determinação do PCS se fará com base no método ISO 6976:2016, ou suas revisões posteriores, em base seca, com ARREDONDAMENTO até o primeiro algarismo inteiro. Sua unidade de medida será kcal/m³ (QUILOCALORIA por METRO CÚBICO). Para conversão de unidades, será considerado 1 caloria igual a 4,1855 Joules.

PONTO DE ENTRADA: local físico no SISTEMA DE TRANSPORTE, a jusante da UPGN, onde (i) o GÁS ingressa no SISTEMA DE TRANSPORTE, (ii) é entregue pela VENDEDORA (ou por terceiro por esta indicado) para a custódia e transporte do TRANSPORTADOR, e (iii) onde é realizada a transferência da propriedade do GÁS da VENDEDORA para a COMPRADORA.

PONTO DE SAÍDA: local físico no SISTEMA DE TRANSPORTE onde o GÁS é colocado pelo TRANSPORTADOR à disposição para recebimento da COMPRADORA.

PREÇO DO GÁS (PG): significa o preço do GÁS, em R\$/M³ (Reais por METRO CÚBICO), calculado conforme disposto no CONTRATO.

QUALIDADE DO GÁS: significa o conjunto de parâmetros referentes à composição e a propriedades físico-químicas do gás especificados pela Resolução ANP nº 16 de 17/06/2008, ou outra que venha a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente, ou qualquer outra deliberação ou autorização por parte da própria ANP ou qualquer outro órgão competente que expressamente autorize a comercialização do GÁS com base em outros requisitos.

QUANTIDADE DE GÁS: significa determinado volume de GÁS em METROS CÚBICOS nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO para número inteiro.

QUANTIDADE DE GÁS NATURAL APURADA NO SISTEMA DE MEDIÇÃO: significam os volumes físicos de gás natural, expressos em METROS CÚBICOS nas condições base, efetivamente medidos no SISTEMA DE MEDIÇÃO, englobando tanto as QUANTIDADES DE GÁS fornecidas à COMPRADORA à luz deste CONTRATO, como as quantidades de gás natural fornecidas pela VENDEDORA a outros clientes.

QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA (QDA): significa a QUANTIDADE DE GÁS em base diária que tenha sido efetivamente programada pelo TRANSPORTADOR, no âmbito dos CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA e CONTRATOS DE TRANSPORTE DE SAÍDA, relacionada à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) deste CONTRATO.

QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA FIRME (QDAF): significa a QUANTIDADE DE GÁS efetivamente retirada pela COMPRADORA, no DIA, nos termos do CONTRATO FIRME.

QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA INTERRUPTÍVEL (QDAI): signifca a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) ao presente CONTRATO.

QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA TOTAL (QDAT): significa a QUANTIDADE DE GÁS em base diária que tenha sido efetivamente programada pelo TRANSPORTADOR, no âmbito dos CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA e CONTRATOS DE TRANSPORTE DE SAÍDA, relacionada à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) deste CONTRATO e do CONTRATO FIRME.

QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDN): significa a QUANTIDADE DE GÁS que, conforme o caso (i) a VENDEDORA nomina ao TRANSPORTADOR e que será por ela disponibilizada no PONTO DE ENTRADA, em um determinado DIA, no contexto do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA ou (ii) a COMPRADORA nomina ao TRANSPORTADOR, em um determinado DIA, para que o TRANSPORTADOR disponibilize no PONTO DE SAÍDA, no contexto do CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA, ambas relativas à prestação do serviço de transporte referente ao GÁS objeto deste CONTRATO.

QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP): significa a QUANTIDADE DE GÁS que a VENDEDORA tenha programado para, no DIA, disponibilizar à COMPRADORA ou terceiro por ela contratado, conforme CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO E FORNECIMENTO DO GÁS.

QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS): significa a QUANTIDADE DE GÁS solicitada pela COMPRADORA para determinado DIA, conforme CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO E FORNECIMENTO DO GÁS.

QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA FIRME (QDPF): signifca a QUANTIDADE DE GÁS que a VENDEDORA tenha programado para, no DIA, disponibilizar à COMPRADORA ou terceiro por ela contratado nos termos do CONTRATO FIRME.

QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA INTERRUPTÍVEL (QDPI): signifca a QUANTIDADE DE GÁS que a VENDEDORA tenha programado para, no DIA, disponibilizar à COMPRADORA ou terceiro por ela contratado nos termos deste CONTRATO.

QUANTIDADE FALTANTE (QF): significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada conforme item 12.1.4.

REPRESENTANTES: significam, em relação a qualquer das PARTES, quaisquer diretores, conselheiros, administradores, empregados, contratados, subcontratados, prepostos a qualquer título, auditores, advogados, consultores, comitentes ou AFILIADA, ou, ainda, qualquer pessoa física ou jurídica que participou de negociações entre as PARTES e/ou teve acesso a informações confidenciais.

SENTENÇA ARBITRAL: significa a decisão final do TRIBUNAL ARBITRAL proferida em procedimento de ARBITRAGEM.

SISTEMA DE MEDIÇÃO: conjunto de instalações físicas de propriedade do TRANSPORTADOR necessárias à prestação do respectivo serviço de transporte, incluindo, mas não se limitando a dutos, estações de compressão, estações de medição, estações de redução de pressão, pontos de entrada e pontos de saída, existentes ou que venham a ser instalados.

SISTEMA DE TRANSPORTE: significa o sistema formado por gasodutos de transporte interconectados e por outras instalações necessárias à manutenção de sua estabilidade, confiabilidade e segurança, nos termos da regulação da ANP.

TRANSPORTADOR: significa a empresa devidamente autorizada pela ANP para exercer a atividade de transporte de gás natural por meio de duto.

TRIBUNAL ARBITRAL: significa o tribunal referido na CLÁUSULA TREZE – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS.

UPGN: significa a(s) unidade(s) de processamento de gás natural de propriedade(s) da VENDEDORA, ou de propriedade(s) de terceiros contratado(s) pela VENDEDORA, visando atender ao presente CONTRATO.

VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR): significa a indenização pela resolução antecipada do CONTRATO, definida conforme item 14.3.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1 O presente CONTRATO tem por objeto a venda, pelas VENDEDORAS, e a compra, pela COMPRADORA, de GÁS, na MODALIDADE INTERRUPTÍVEL, segundo as condições estipuladas neste CONTRATO.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E INÍCIO DO FORNECIMENTO

3.1. O presente CONTRATO entrará em vigor na data de sua assinatura e o seu término ocorrerá em 31/12/2023.

3.2. O prazo do presente CONTRATO poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as PARTES, o que será formalizado mediante correspondente termo aditivo.

3.3. O INÍCIO DE FORNECIMENTO ocorrerá a partir da primeira QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA no âmbito do presente CONTRATO.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSOS DE RETIRADA E FORNECIMENTO

4.1 Compromisso de Fornecimento da VENDEDORA.

A VENDEDORA compromete-se a fornecer as QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP), que atendam o previsto na CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO E FORNECIMENTO DO GÁS, sujeitando-se, em caso de não cumprimento, à penalidade estipulada no item 12.1.

4.1.1 A fim de garantir o BALANCEAMENTO do SISTEMA DE TRANSPORTE, a COMPRADORA se obriga a efetuar, junto ao TRANSPORTADOR, nominação de QUANTIDADE DE GÁS para retirada no(s) PONTO(S) DE SAÍDA equivalente à QDP, observando as previsões do CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA e, ainda, indicar, caso aplicável, a QUANTIDADE DE GÁS correspondente ao GÁS necessário para uso no SISTEMA DE TRANSPORTE.

4.1.2 Além da possibilidade de ajustar os desequilíbrios no BALANCEAMENTO mediante programação regular diária, na eventualidade de existência de saldo entre (i) a QUANTIDADE MEDIDA CORRIGIDA (QMC) no PONTO DE ENTRADA e/ou PONTOS DE SAÍDA e, (ii) respectivamente, a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA pelo TRANSPORTADOR mediante nominação de QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) por cada PARTE para o PONTO DE ENTRADA e/ou PONTOS DE SAÍDA, que gere um desequilíbrio no BALANCEAMENTO do portfólio das PARTES, então:

- (a) as PARTES poderão, mediante comum acordo, efetuar entre si, a troca de titularidade do GÁS sob custódia do TRANSPORTADOR, por meio de NOTIFICAÇÕES DE TRANSAÇÃO (caso solicitado pelo TRANSPORTADOR), observadas as regras tributárias e regulatórias para troca de titularidade, bem como as previsões dos CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA e CONTRATOS DE TRANSPORTE SAÍDA;
- (b) o TRANSPORTADOR deverá validar a troca de titularidade solicitada para que esta tenha efeito;
- (c) caso a troca de titularidade do GÁS seja relacionada à transferência de propriedade do GÁS da VENDEDORA para a COMPRADORA, então a COMPRADORA deverá pagar a VENDEDORA o PREÇO DO GÁS vigente à época da troca, relacionado à QUANTIDADE DE GÁS objeto de tal troca, sendo este acrescido à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para fins exclusivos do item 6.1 deste CONTRATO;
- (d) caso a troca de titularidade do GÁS seja relacionada à transferência de sua propriedade da COMPRADORA para a VENDEDORA, então a VENDEDORA deverá pagar o PREÇO DO GÁS multiplicado pela QUANTIDADE DE GÁS objeto da troca de titularidade, acrescidos os tributos aplicáveis. A COMPRADORA poderá compensar tal montante de quaisquer valores devidos por ela à VENDEDORA no âmbito deste CONTRATO, incluindo os tributos aplicáveis a cada compra e venda.

4.2 Compromisso de Retirada da COMPRADORA.

Ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de GÁS por FALHA DE PROGRAMAÇÃO, PARADAS EMERGENCIAS, PARADA PROGRAMADA ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR de qualquer PARTE, a COMPRADORA obriga-se a adquirir e retirar da VENDEDORA as QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP), que atendam o previsto na CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO E FORNECIMENTO DO GÁS, sujeitando-se, em caso de não cumprimento, à penalidade estipulada no item 12.1.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO GÁS

5.1 O PREÇO DO GÁS (PG), válido para a data de vencimento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA, e nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, será constituído pela soma da PARCELA DE TRANSPORTE (PT) com a PARCELA DE MOLÉCULA (PM) conforme fórmula abaixo:

$$PG = PM + PT, \text{ onde:}$$

PG	é o PREÇO DO GÁS (PG), expresso em R\$/m ³ com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
PT	é a PARCELA DE TRANSPORTE (PT) calculada conforme atualização pelo IGPM abaixo indicada, expressa em R\$/m ³ com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

PM	é a PARCELA DE MOLÉCULA (PM) calculada conforme fórmula indicada adiante, expressa em R\$/m³ com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
----	---

5.2. PARCELA DE TRANSPORTE (PT)

5.2.1. A PARCELA DE TRANSPORTE (PT), expressa em R\$/m³, será calculada mensalmente e composta pelos custos incorridos pela VENDEDORA em relação aos ENCARGOS DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA, para atendimento a este CONTRATO. As PARTES concordam que não haverá pela VENDEDORA contratação de serviço de transporte de entrada específico para atendimento deste CONTRATO, até pela sua natureza interruptível e, portanto, declaram que têm ciência de que o serviço de transporte será realizado como excedente autorizado, sendo este o valor que a COMPRADORA se compromete a reembolsar.

5.2.1.1. No repasse da PARCELA DE TRANSPORTE pela VENDEDORA à COMPRADORA, poderão ser acrescidos, pela VENDEDORA, considerando a forma de cobrança dos CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA, os tributos incidentes sobre tal contratação, que não sejam recuperáveis pela VENDEDORA, conforme justificado com base em legislação aplicável à VENDEDORA.

5.2.2. Ressalvadas as situações de não recebimento de GÁS (a) por FALHA NA PROGRAMAÇÃO ou (b) por qualquer conduta da VENDEDORA que viole os CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA, bem como (c) por PARADAS EMERGENCIAIS ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR de qualquer PARTE (caso tal PARTE seja a COMPRADORA, desde que tais situações sejam também aplicáveis no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA); a COMPRADORA obriga-se a pagar à VENDEDORA, como ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT), todos os custos e/ou encargos incorridos pela VENDEDORA na contratação da capacidade de transporte para atendimento deste CONTRATO, que serão cobrados pela VENDEDORA da COMPRADORA em uma base de repasse (*pass-through*), sendo estes, conforme definidos no CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA:

- (i) Encargo de Capacidade de Transporte Não Utilizada (ECNU);
- (ii) Encargo de Custo Fixo de Compra e Venda de Contrato (E_{CFcvG});
- (iii) Encargo de Capacidade-Congestionamento (TC_{cong});
- (iv) Eventuais custos decorrentes de penalidades e/ou indenizações devidas pela VENDEDORA ao TRANSPORTADOR e/ou demais carregadores utilizando o SISTEMA DE TRANSPORTE, em decorrência de atos ou fatos que a COMPRADORA tenha comprovadamente dado causa, inclusive em consequência de descumprimento de seu compromisso de nomeação e retirada de GÁS no PONTO DE SAÍDA, e demais obrigações constantes no CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA, bem como neste CONTRATO.

5.2.2.1. No repasse dos ENCARGOS ADICIONAIS DO TRANSPORTE (EAT) pela VENDEDORA à COMPRADORA, poderão ser acrescidos, pela VENDEDORA, considerando a forma de cobrança dos CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA, os tributos incidentes sobre tal contratação, que não sejam recuperáveis pela VENDEDORA, conforme justificado com base em legislação aplicável à VENDEDORA.

5.2.2.2. Na eventualidade de a COMPRADORA comprovadamente causar, por sua ação ou omissão no contexto dos CONTRATOS DE TRANSPORTE DE SAÍDA, a cobrança de Encargo de Excedente Autorizado e Encargo de Excedente Não Autorizado pelo TRANSPORTADOR à VENDEDORA, no âmbito dos CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA, então os valores a estes relacionados serão repassados pela VENDEDORA à COMPRADORA.

5.2.2.3. O Encargo de Excedente Autorizado e o Encargo de Excedente Não Autorizado, quando devidos, nos termos do item 5.2.2.1, serão cobrados, pela VENDEDORA à COMPRADORA, como ENCARGO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE e serão acrescidos à PARCELA DE TRANSPORTE (PT).

5.2.3. Apesar de as PARTES não vislumbrarem, na presente data, a possibilidade prevista neste item 5.2.3, eventuais custos devidos pela COMPRADORA ao TRANSPORTADOR e/ou demais carregadores utilizando o SISTEMA DE TRANSPORTE, no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA, em decorrência de atos ou fatos que a VENDEDORA comprovadamente tenha dado causa, inclusive em consequência de descumprimento de seu compromisso de nominação de GÁS no PONTO DE ENTRADA, e demais obrigações constantes no CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA e no presente CONTRATO, serão repassados à VENDEDORA pela COMPRADORA, através da emissão de DOCUMENTO DE COBRANÇA, e na proporção e extensão da responsabilidade da VENDEDORA.

5.2.4. No que se refere especificamente à PARCELA DE TRANSPORTE, ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE e/ ou aos custos repassados por uma PARTE à outra na forma dos itens 5.2.2 e 5.2.3, nas situações em que qualquer ato ou omissão do TRANSPORTADOR ou de outros carregadores que utilizem o SISTEMA DE TRANSPORTE gere um prejuízo à outra PARTE (incluindo as situações de falha no serviço de transporte, entrega de gás fora de especificação, dentre outras), a PARTE que repassar tal custo tomará as medidas razoáveis para cobrar todas as compensações financeiras (indenizações, penalidades, multas) devidas pelo TRANSPORTADOR e/ ou por demais carregadores decorrentes do respectivo ato ou omissão que sejam devidas no âmbito dos CONTRATOS DE TRANSPORTE, ou com base na LEI aplicável e repassá-las, na medida em que recebidas, à PARTE cujo custo foi repassado. As PARTES reconhecem que eventuais limitações aos montantes indenizáveis, prazos de recebimento, limites e condições gerais previstas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE serão igualmente aplicáveis ao presente CONTRATO, não gerando nenhuma obrigação suplementar à PARTE que repassar o custo no sentido de indenizar determinados montantes, ou montantes a maior do que efetivamente tenham sido recebidos do TRANSPORTADOR ou de qualquer carregador, conforme aplicável.

5.2.5. Caso seja instaurada qualquer controvérsia no âmbito dos CONTRATOS DE TRANSPORTE sobre o pagamento da compensação financeira pelo TRANSPORTADOR ou carregador(es), conforme o item 5.2.4: (i) a PARTE titular do direito relacionado a tal compensação financeira manterá a outra PARTE informada sobre todas as negociações e medidas que estejam sendo tomadas para a cobrança da compensação financeira aplicável; (ii) caso a outra PARTE entenda que a controvérsia deva ser discutida através da propositura de uma ação judicial ou instauração de um procedimento arbitral, as PARTES deverão acordar a melhor estratégia, sempre em conformidade com as boas práticas, legislação aplicável e os mecanismos de resolução de controvérsias estabelecidos nos CONTRATOS DE TRANSPORTE; (iii) as PARTES concordam que escolherão em conjunto os assessores jurídicos responsáveis pelo procedimento arbitral ou ação judicial, conforme o caso, sendo a PARTE que efetivamente arcou com o custo objeto da demanda a única responsável pelo pagamento dos honorários dos assessores, dos custos do procedimento arbitral ou ação judicial, bem como de eventual sucumbência.

5.2.5.1. As PARTES reconhecem que a PARCELA DE TRANSPORTE e os custos mencionados no item 5.2.2 correspondem a um repasse dos valores pagos pela VENDEDORA ao TRANSPORTADOR pela prestação do serviço de transporte de entrada que foi contratado pela VENDEDORA para atendimento deste CONTRATO, formalizado através dos CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA. Dessa forma, as PARTES concordam que qualquer mudança dos CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA relativos à PARCELA DE TRANSPORTE, à eventuais valores que venham a ser relacionados diretamente com tal mudança, e aos custos mencionados no item 5.2.2, deverá ser refletida no presente CONTRATO.

5.3. PARCELA DE MOLÉCULA (PM)

5.3.1. A PARCELA DE MOLÉCULA (PM) do PREÇO DO GÁS será apurada mensalmente, de acordo com a taxa de câmbio correspondente ao mês (m-2).

$$PM_{Int} = X\% \times Brent_{m-2} \times TC \div FC$$

Onde,

PM _{Int}	Valor da PARCELA DE MOLÉCULA para este CONTRATO na MODALIDADE INTERRUPTÍVEL, expresso em R\$/m³ nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA com ARREDONDAMENTO.
X%	Percentual relativo a cada trimestre, sendo que para o primeiro trimestre a partir da data de assinatura deste CONTRATO será igual a 10,7%
Brent _{m-2}	É a média mensal das cotações diárias de fechamento (<i>settlement price</i>) Brent ICE (Intercontinental Exchange) de Londres referente ao Mês m-2, em US\$/bbl, sendo “m” o Mês de atualização do PREÇO DO GÁS.
m	É o MÊS de entrega do GÁS.
TC	É a média das taxas diárias de câmbio comercial de venda do dólar norte-americano divulgadas no SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil, série Código 001, com quatro casas decimais, relativa ao MÊS m-2
FC	É o fator de conversão correspondente a 26,8081 m³/MMBTU nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA

5.3.2. A variável X% constante da fórmula do item 5.3.1 acima para o cálculo da PARCELA DE MOLÉCULA (PM) do PREÇO DO GÁS aplicável para cada trimestre será informada pela VENDEDORA à COMPRADORA com uma antecedência mínima de 30 (trinta) DIAS.

5.4. O PREÇO DO GÁS (PG) não inclui quaisquer tributos existentes, devidos em decorrência direta do CONTRATO ou de sua execução, os quais serão considerados no valor total faturado por ocasião do faturamento.

5.5. Para o cálculo do PREÇO DO GÁS (PG) em R\$/M³ (REAIS POR METRO CÚBICO), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, conforme apresentados, todos os preços, parcelas, coeficientes e índices serão calculados com ARREDONDAMENTO em 04 (quatro) casas decimais.

CLÁUSULA SEXTA – FATURAMENTO

6.1. O faturamento será efetuado mensalmente, no prazo indicado no item 6.7, correspondendo cada MÊS a um PERÍODO DE FATURAMENTO, ou seja, o PERÍODO DE FATURAMENTO será o período de fornecimento compreendido entre do primeiro dia ao último dia do mês calendário. O faturamento será realizado pelas filiais de cada uma das VENDEDORAS.

6.2. Pelo fornecimento de GÁS em um dado PERÍODO DE FATURAMENTO, o valor do faturamento será determinado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$F = \sum_{i=1}^n (QDA_i + NTC_i) \times PG$$

Onde:

F	é o valor do faturamento, a ser pago pela COMPRADORA, na forma prevista neste CONTRATO.
QDA _i	é a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA (QDA) em cada DIA do MÊS em questão.
NTC _i	é a QUANTIDADE DE GÁS comercializada no DIA “i” por meio de NOTIFICAÇÕES DE TRANSAÇÃO para compra e venda de gás sem programação de transporte, relativo às ações de BALANCEAMENTO previstas no item 4.1.2.
PG	é o PREÇO DO GÁS vigente no último dia do MÊS em questão.
i	Corresponde a cada DIA do PERÍODO DE FATURAMENTO.
N	Corresponde ao total DIAS do PERÍODO DE FATURAMENTO.

6.3. O valor do ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT), devido pela COMPRADORA à VENDEDORA, relativo aos custos incorridos pela VENDEDORA em razão da contratação do transporte de entrada, não incluídos no item 6.1 de faturamento regular do GÁS, previstos no item 5.2.2, serão faturados MENSALMENTE na forma do item 6.6 e pagos conforme o item 6.7.

6.4. Para fins do item 6.1 o valor final a ser faturado, após o acréscimo dos tributos e encargos aplicáveis, sofrerá o ARREDONDAMENTO na segunda casa decimal.

6.5. Periodicidade dos Faturamentos e outras Cobranças.

6.5.1. A cobrança de quaisquer valores devidos por qualquer PARTE, no âmbito do presente CONTRATO, será realizada MENSALMENTE, após o correspondente MÊS a que se refiram, através da emissão dos respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

6.6. Apresentação de DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser apresentados até o 5º (quinto) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram. Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA relativos ao ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT) deverão ser apresentados igualmente até o 5º (quinto) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram, caso incluídos em nota fiscal de venda do GÁS, ou até o 10º (décimo) DIA ÚTIL DO MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram, caso sejam cobrados de outra forma, e seguirão o mesmo formato utilizado pelo TRANSPORTADOR para cobrança dos custos que o compõem.

6.7. DOCUMENTOS DE COBRANÇA – Datas de vencimento.

Os valores dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser pagos até o 10º (décimo) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram. Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA relativos ao ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT) deverão ser pagos no mesmo prazo, quando incluídos em DOCUMENTO DE COBRANÇA de venda do GÁS, ou até o 21º (vigésimo-primeiro) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram. Em caso de atraso na apresentação do DOCUMENTO DE COBRANÇA, a data de vencimento ficará prorrogada por prazo idêntico ao número de DIAS de atraso, preservando o intervalo entre a data de apresentação e a data de vencimento das faturas.

6.8. Tributos e Encargos.

O recolhimento dos tributos de qualquer natureza e encargos é de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária apenas. Os tributos incidentes na comercialização do GÁS serão incluídos na fatura ou suportados pela COMPRADORA e destacados no DOCUMENTO DE COBRANÇA, devidamente identificados e adicionados ao valor faturado.

6.8.1. Se durante o prazo de vigência do CONTRATO ocorrer a criação de novos tributos, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, ou ainda a extinção de tributos existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de tributos, ou, ainda, alterações no PONTO DE ENTRADA, que possam vir a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus da VENDEDORA, o valor faturado será revisto proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, compensando-se, na primeira oportunidade, a diferença decorrente das respectivas alterações.

6.8.2. A revisão prevista no item 6.8.1, para majorar o valor faturado, somente ocorrerá se o aumento da carga tributária não for resultante de decisão da VENDEDORA, tal como a de modificação do estabelecimento remetente do GÁS, ou qualquer outra decisão de negócio exclusivamente tomada para atender a situação econômica da VENDEDORA.

6.8.3. O PREÇO DO GÁS será imediatamente ajustado, com vistas a expurgar o valor do tributo indevido, nos casos em que qualquer tributo que o componha deixar de ser devido, total ou parcialmente, em razão de: (i) ato declaratório do Procurador Geral de Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado da Economia, autorizando a não interposição de recurso ou a desistência de recurso interposto pela União; (ii) súmula vinculante; (iii) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) ou Ação Declaratória de

Constitucionalidade (ADC); (iv) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal; ou (v) habilitação ou enquadramento em regime de incentivo fiscal.

6.8.4. Caso ocorram atrasos no envio de informações necessárias ao faturamento ou erros (i) de medição de volume, (ii) de alocação, (iii) de identificação do estabelecimento remetente/destinatário do GÁS, dentre outros, que venham a acarretar equívocos no cumprimento de obrigação tributária principal e/ou acessória, tem-se que eventuais encargos, juros, multas ou outras obrigações pecuniárias, imputados a qualquer das PARTES pelo Fisco, serão suportados exclusivamente pela PARTE que comprovadamente houver dado causa ao equívoco/erro, por meio de DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido de acordo com os itens 6.6 e 6.6.

6.8.5. As PARTES se comprometem a fornecer, no prazo de 15 (quinze) DIAS contados do envio da NOTIFICAÇÃO realizada pela outra PARTE, todos os documentos solicitados pelos órgãos competentes e exigidos pela legislação de regência, necessários para a recuperação de tributo recolhido indevidamente, inclusive a declaração de não aproveitamento do crédito tributário.

6.8.6. Na hipótese de atraso pela COMPRADORA no pagamento de qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA, a VENDEDORA deverá enviar NOTIFICAÇÃO para a COMPRADORA informando o valor em atraso ("NOTIFICAÇÃO DE ATRASO NO PAGAMENTO"). A partir da NOTIFICAÇÃO DE ATRASO NO PAGAMENTO, a COMPRADORA terá prazo de 10 (dez) DIAS para regularização do pagamento. Caso a COMPRADORA não regularize os pagamentos no prazo estabelecido (dez DIAS) após o recebimento da NOTIFICAÇÃO DE ATRASO NO PAGAMENTO, incluindo o valor dos ENCARGOS MORATÓRIOS, a VENDEDORA ficará autorizada a executar as GARANTIAS DE PAGAMENTO, conforme disposto na CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE PAGAMENTOS deste CONTRATO.

6.8.7. Em caso de inadimplência da COMPRADORA no pagamento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA emitidos nos termos do CONTRATO, a VENDEDORA terá o direito de suspender partir do 10º (décimo) DIA seguinte ao do vencimento, o fornecimento de GÁS à COMPRADORA, além de adotar as medidas administrativas e judiciais cabíveis para a cobrança dos débitos.

6.9. ENCARGOS MORATÓRIOS.

No caso de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, o valor em atraso estará sujeito a atualização monetária com base na variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (ou outro índice que venha a substituí-lo), juros de mora de 1% (hum por cento) ao MÊS, *pro rata tempore*, com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais e considerando o período entre a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA e a do seu efetivo pagamento além de multa moratória de 2% (dois por cento), calculados sobre o montante atualizado.

6.10. Cobranças Objeto de Controvérsia.

6.10.1. Havendo controvérsia sobre importância cobrada de uma à outra PARTE e que não tenha sido resolvida até a data de vencimento do correspondente DOCUMENTO DE COBRANÇA, os seguintes procedimentos deverão ser aplicados:

(a) A PARTE que discordar deverá, até a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia, efetuar pontualmente o pagamento da parte incontroversa do DOCUMENTO DE COBRANÇA e reter o pagamento da parte controversa até a solução da controvérsia;

(b) Se a PARTE reclamada concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO informando a sua concordância, encerrando a controvérsia e dando plena quitação em relação ao montante controverso; e

(c) Se a PARTE reclamada não concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO de seu desacordo, e a controvérsia poderá ser submetida ao procedimento de solução de controvérsias

previsto na CLÁUSULA TREZE – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS deste CONTRATO.

6.10.2. Havendo controvérsia sobre importância já paga por uma PARTE à outra, a PARTE que discordar da importância já paga enviará NOTIFICAÇÃO sobre a controvérsia à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia. Serão aplicáveis, no que couber, os procedimentos descritos no item 6.10.1(b) e (c).

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE PAGAMENTOS

7.1 A COMPRADORA deverá, na data de assinatura do CONTRATO, oferecer à VENDEDORA uma das garantias descritas abaixo (GARANTIA DE PAGAMENTOS), para assegurar o pagamento dos valores devidos pela COMPRADORA à VENDEDORA nos termos do presente CONTRATO, com exceção do VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR) previsto na CLÁUSULA CATORZE – INADIMPLENTO E RESOLUÇÃO, sendo a escolha feita a critério exclusivo da COMPRADORA, resguardado à VENDEDORA o direito de avaliar e aceitar os termos e condições da modalidade de garantia escolhida pela COMPRADORA, quando aplicável:

(a) realização de depósito de recursos em conta vinculada específica aberta em favor da VENDEDORA (“escrow account”), no valor de R\$ 6.500.000 (seis milhões e quinhentos mil reais), corrigidas anualmente pelo IGPM;

(b) apresentação de Carta de Fiança Bancária, emitida em favor da VENDEDORA, por uma instituição financeira com sede no Brasil, no valor total de R\$ 6.500.000 (seis milhões e quinhentos mil reais), com prazo de vigência de pelo menos 1 (um) ano, prorrogável por iguais períodos, e que possua:

(i) ao menos duas classificações em escala global de longo prazo igual ou superior a BBB- pela Standard & Poors, Baa3 pela Moody's e BBB- pela Fitch, além de credit default swap (CDS) inferior a 300 (trezentos) pontos base; ou

(ii) ao menos duas classificações em escala local de longo prazo igual ou superior a brAA- pela Standard & Poors, Aa3.br pela Moody's e AA-(bra) pela Fitch.

(c) constituição de qualquer outra GARANTIA DE PAGAMENTOS que seja formalmente aceita pela VENDEDORA, cujo valor total seja, no mínimo, o mesmo da GARANTIA DE PAGAMENTOS descrita na alínea (a) acima, apresentada por (i) uma sociedade controladora (*Parent Company*) ou controlada (em ambos os casos, direta ou indiretamente), ou sob controle comum da COMPRADORA (sendo o controle verificado nos termos da Lei nº 6.404/1976), ou (ii) por uma terceira pessoa ou entidade. Em qualquer desses casos, a garantidora deverá possuir avaliação de crédito, bem como as condições de garantia, previamente aceitas pela VENDEDORA.

(d) a combinação de 2 (duas) ou mais GARANTIAS DE PAGAMENTOS dentre as previstas nas alíneas acima, em valores individuais que, somados, sejam, no mínimo, equivalentes ao valor indicado na alínea (a) acima.

7.2. A COMPRADORA deverá: (i) pagar, nas respectivas datas de vencimento, o valor integral correspondente a qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA que não apresente valor controvertido, emitido pela VENDEDORA contra a COMPRADORA referente ao CONTRATO, ou, (ii) no caso de DOCUMENTO DE COBRANÇA com valores controvertidos, deverá proceder consoante o disposto no item 6.10.

7.2.1. Em caso de inadimplemento pela COMPRADORA da obrigação descrita no item 7.2 acima, além das demais previsões estabelecidas neste CONTRATO, a VENDEDORA poderá, no 11º (décimo primeiro) DIA imediatamente após a NOTIFICAÇÃO DE ATRASO NO PAGAMENTO, nos termos do item 6.10, executar a GARANTIA DE PAGAMENTOS eventualmente ofertada nos termos do item 7.1 acima, no valor correspondente ao montante do DOCUMENTO DE COBRANÇA não pago ou não questionado, na forma do item 6.10, para valores controvertidos. O valor da garantia a ser executado será correspondente ao valor do DOCUMENTO DE COBRANÇA não pago, acrescido dos ENCARGOS MORATÓRIOS, calculados para o período decorrido desde a data do vencimento até a data da efetiva liberação dos recursos à VENDEDORA.

7.2.1.1. Na hipótese de execução da(s) GARANTIA(S) DE PAGAMENTOS pela VENDEDORA, a VENDEDORA deverá NOTIFICAR a COMPRADORA sobre o ocorrido em até 2 (dois) DIAS ÚTEIS.

7.2.1.1.1. Na hipótese de execução das GARANTIA DE PAGAMENTOS descritas nas alíneas (a) a (d) do item 7.1, a COMPRADORA deverá restabelecer o valor inicial das GARANTIA DE PAGAMENTOS, nos termos do item 7.1, no prazo de até 30 (trinta) DIAS contados da data de vencimento do(s) respectivo(s) DOCUMENTO(S) DE COBRANÇA inadimplido(s) que tenha(m) ensejado a execução das GARANTIA DE PAGAMENTOS.

7.2.1.2. Na hipótese de inexistir GARANTIA DE PAGAMENTOS instituída em favor da VENDEDORA, a COMPRADORA, para continuar a ter o GÁS NATURAL disponibilizado de acordo com o CONTRATO, evitando a suspensão do fornecimento, deverá em até 10 (dez) DIAS contados do vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, efetuar o pagamento do DOCUMENTO DE COBRANÇA vencido e não pago ou não contestado (na forma do item 6.10), conforme o caso, com os devidos ENCARGOS MORATÓRIOS. Caso este pagamento ocorra após o 10º (décimo) DIA contado da data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA até, no máximo, 20 (vinte) DIAS da data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, a COMPRADORA, para ter o GÁS NATURAL disponibilizado de acordo com o CONTRATO, deverá fornecer GARANTIA DE PAGAMENTOS à VENDEDORA nos termos do item 7.1, no prazo de 30 (trinta) DIAS contados da data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA. Caso, no prazo máximo de 20 (vinte) DIAS contados da data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, não haja a quitação integral do DOCUMENTO DE COBRANÇA vencido e não pago ou não contestado (na forma do item 6.10), conforme o caso, a VENDEDORA, a seu exclusivo critério, poderá suspender o fornecimento de GÁS NATURAL à COMPRADORA.

7.3. Caso seja oferecida a GARANTIA DE PAGAMENTOS mencionada na alínea (b), seja isoladamente ou em conjunto com outras GARANTIAS DE PAGAMENTO, na forma da alínea (d) do item 7.1, e a respectiva emissora da GARANTIA DE PAGAMENTOS deixe de ser classificada, em escala global ou local, em ao menos um dos níveis de classificação de risco exigidos, a COMPRADORA se compromete a substituir tal GARANTIA DE PAGAMENTOS no prazo de até 30 (trinta) DIAS da divulgação do evento que desenquadrrou a emissora da GARANTIA DE PAGAMENTOS do nível mínimo de classificação de risco.

7.4. A fim de assegurar o pagamento dos valores de DOCUMENTOS DE COBRANÇA devidos pela COMPRADORA à VENDEDORA, nos termos do presente CONTRATO, qualquer uma das GARANTIAS DE PAGAMENTOS apresentadas pela COMPRADORA, conforme esta CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE PAGAMENTOS, deverá ser mantida em plena validade, substituída ou complementada por outra, caso necessário.

7.5. Caso haja inadimplemento da COMPRADORA relativamente à sua obrigação de oferecimento, manutenção da validade, substituição, complementação ou restabelecimento da GARANTIA DE PAGAMENTOS, a VENDEDORA, a seu exclusivo critério, poderá suspender o fornecimento de GÁS NATURAL, observado o previsto no item 14.2.1.1.

7.6. A VENDEDORA poderá, a seu exclusivo critério, deliberar um LIMITE DE CRÉDITO CORPORATIVO (LCC) para a COMPRADORA, decorrente do CONTRATO, como alternativa à GARANTIA DE PAGAMENTOS descrita no item 7.1, sendo certo que VENDEDORA declara que avaliou os documentos da COMPRADORA e aceitou o LIMITE DE CRÉDITO CORPORATIVO (LCC) atual da COMPRADORA como suficiente para garantir as suas obrigações previstas neste CONTRATO e que tal limite apenas deixará de ser aceitável caso sofra significativa redução.

7.6.1. Sempre que solicitado, a COMPRADORA encaminhará à VENDEDORA, em até 10 (dez) DIAS, os demonstrativos contábeis legais, bem como quaisquer outras informações que permitam à VENDEDORA efetuar a análise da estrutura econômico-financeira da COMPRADORA.

7.6.2. Caso a COMPRADORA não apresente as informações, conforme previsto no item 7.6.1, a VENDEDORA poderá suspender o LIMITE DE CRÉDITO CORPORATIVO (LCC) mencionado no item 7.6 para a COMPRADORA, estando esta obrigada a instituir a GARANTIA DE PAGAMENTOS descrita no item 7.1.

7.6.3. A VENDEDORA poderá cancelar o LIMITE DE CRÉDITO CORPORATIVO (LCC) mencionado no item 7.6 para a COMPRADORA caso ocorra atraso no cumprimento de qualquer obrigação de pagamento, observado o item 6.10, pela COMPRADORA ou a qualquer momento da vigência do CONTRATO, a exclusivo critério da VENDEDORA.

7.6.4. A COMPRADORA obriga-se a instituir ou restabelecer, conforme o caso, a GARANTIA DE PAGAMENTOS descrita no item 7.1, no prazo de 30 (trinta) DIAS contados da NOTIFICAÇÃO da VENDEDORA, na hipótese de ocorrência de suspensão ou cancelamento do LIMITE DE CRÉDITO CORPORATIVO (LCC), conforme previsto nos itens 7.6.2 e 7.6.3, respectivamente.

CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO E FORNECIMENTO DO GÁS

8.1. A qualquer momento a COMPRADORA pode solicitar e a VENDEDORA poderá, a seu exclusivo critério, aceitar ou não, QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS).

8.1.1. Até as 17:00 h (dezessete horas) do DIA anterior ao DIA do fornecimento, a VENDEDORA, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA, poderá:

(a) aceitar, como QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP), as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS); ou

(b) estabelecer QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) compatíveis com a disponibilidade de GÁS; ou

(c) estabelecer QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) compatíveis com a disponibilidade do SISTEMA de TRANSPORTE.

8.1.2. Qualquer requisição da COMPRADORA de QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS poderá ser aceita ou não pela VENDEDORA, a exclusivo critério da VENDEDORA, não devendo tal aceitação ser considerada novação ou alteração de qualquer aspecto do CONTRATO, estando descaracterizada a FALHA NA PROGRAMAÇÃO em caso de recusa.

8.1.3. Caso a VENDEDORA não se pronuncie no prazo do item 8.1.1, consideram-se não aceitas e recusadas as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) ou as alterações da QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) do correspondente DIA.

8.1.4. Excepcionalmente, ocorrendo problemas operacionais que restrinjam a disponibilização da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), em determinado DIA, a VENDEDORA enviará NOTIFICAÇÃO comunicando o fato à COMPRADORA, sem que tal NOTIFICAÇÃO descaracterize a FALHA NA PROGRAMAÇÃO, excetuadas as hipóteses de PARADA PROGRAMADA, PARADAS EMERGENCIAIS, CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

8.2. A QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) estabelecida para determinado DIA poderá ser alterada (aumentada ou diminuída) pela COMPRADORA mediante envio de NOTIFICAÇÃO à VENDEDORA até as 12:00h (doze horas) do DIA anterior ao fornecimento e até as 12:00 (doze horas) no DIA (intradiária) do fornecimento, observadas as condições estabelecidas no item 8.1.1.

8.3. A VENDEDORA enviará, diariamente, até as 13h30 (treze horas e trinta minutos), a partir da QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) para o próprio DIA, NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA informando a QUANTIDADE DE GÁS a ser disponibilizada por PONTO DE ENTRADA.

8.4. A nova QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) (intradiária) deverá ser confirmada pela VENDEDORA mediante envio de NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA até as 17h (dezessete horas) do DIA do fornecimento. Caso a VENDEDORA não se pronuncie no prazo, considera-se como aceita e confirmada a última QDP NOTIFICADA pela VENDEDORA para o respectivo DIA.

8.5. A VENDEDORA compromete-se a disponibilizar para a COMPRADORA ou para terceiro por ela contratado, no PONTO DE ENTRADA, a cada DIA, uma QUANTIDADE DE GÁS igual à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o correspondente DIA.

8.6. Pelo fato da COMPRADORA já ter firmado com as VENDEDORAS um CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS na MODALIDADE FIRME, se torna necessário que as PARTES estabeleçam também um acordo de alocação, a ser apurado diariamente, para cada QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA da COMPRADORA.

8.6.1. Dessa forma, as PARTES decidem que, para fins de determinação da QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA FIRME (QDAF) do CONTRATO FIRME e QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA INTERRUPTÍVEL (QDAI) deste CONTRATO, a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA TOTAL (QDAT) em determinado DIA será dividida e alocada de acordo com a seguinte metodologia de rateio:

(i) A QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA TOTAL (QDAT) será alocada primeiramente à QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA FIRME (QDAF) do CONTRATO FIRME até o limite de 100% (cem por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA FIRME (QDPF) para o respectivo DIA;

(ii) Caso haja QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA TOTAL (QDAT) remanescente após a alocação realizada conforme item (i) acima, essa QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA TOTAL (QDAT) será alocada à QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA INTERRUPTÍVEL (QDAI) até o limite de 100% (cem por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA INTERRUPTÍVEL (QDPI) para o respectivo DIA; e

(iii) Caso haja QUANTIDADE DE GÁS remanescente após a alocação realizada conforme o inciso (ii) acima, tal QUANTIDADE DE GÁS será alocada integralmente ao presente CONTRATO a título de QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA INTERRUPTÍVEL (QDAI).

CLÁUSULA NONA – PONTO DE ENTRADA

9.1. A transferência de propriedade do GÁS da VENDEDORA para a COMPRADORA ocorrerá no PONTO DE ENTRADA.

9.1.1. Todos os riscos e perdas de GÁS (i) a montante do PONTO DE ENTRADA são de responsabilidade da VENDEDORA, e (ii) a jusante do PONTO DE ENTRADA são de responsabilidade da COMPRADORA.

9.2. O GÁS será disponibilizado pela VENDEDORA para custódia do TRANSPORTADOR no PONTO DE ENTRADA e permanecerá sob custódia e responsabilidade do TRANSPORTADOR até a entrega à COMPRADORA no(s) PONTO(S) DE SAÍDA, sendo certo que uma PARTE não será responsável perante a outra em razão de descumprimento, pelo TRANSPORTADOR, de seu dever de custódia, não podendo qualquer uma das PARTES se eximir das suas responsabilidades neste CONTRATO por força de eventual descumprimento do TRANSPORTADOR.

CLÁUSULA DEZ – MEDIÇÃO DO GÁS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

10.1.1. As PARTES reconhecem que as regras, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis aos SISTEMAS DE MEDIÇÃO e às condições de entrega do GÁS estão estabelecidas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo para todos os efeitos e no caso de conflito, prevalecer em relação a quaisquer regras, limites, periodicidades e condições específicas estabelecidas neste CONTRATO. Portanto, independente de quaisquer obrigações assumidas pela VENDEDORA no presente CONTRATO em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade do TRANSPORTADOR, as PARTES concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos no CONTRATOS DE TRANSPORTE.

CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS

11.1. O GÁS a ser entregue pela VENDEDORA no PONTO DE ENTRADA deverá apresentar características de qualidade que atendam às especificações do Regulamento Técnico ANP N° 002/2008, anexo à Resolução ANP N° 16, de 17/06/2008, ou as que venham a substituí-las em razão de disposição normativa superveniente.

11.2. As PARTES reconhecem que as regras gerais, limites, periodicidades e condições

específicas aplicáveis à cromatografia e calibração de cromatógrafo do GÁS estarão estabelecidas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo os CONTRATOS DE TRANSPORTE, para todos os efeitos, prevalecer em relação a quaisquer regras gerais, limites, periodicidades e condições técnicas específicas estabelecidas neste CONTRATO. Portanto, independente de quaisquer obrigações assumidas pela VENDEDORA no presente CONTRATO em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade do TRANSPORTADOR, as PARTES concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos nos CONTRATOS DE TRANSPORTE.

11.3. A determinação das características do GÁS entregue no PONTO DE SAÍDA será de responsabilidade do TRANSPORTADOR.

11.4. A determinação do Poder Calorífico Superior (PCS), assim como outras propriedades do GÁS, nos PONTOS DE ENTRADA e nos PONTOS DE SAÍDA, serão efetuadas de acordo com as regras dos CONTRATOS DE TRANSPORTE.

CLÁUSULA DOZE – PENALIDADES

12.1 No caso de FALHA DE PROGRAMAÇÃO em determinado DIA, a PARTE que deu causa pagará à outra PARTE, uma penalidade diária calculada de acordo com a seguinte fórmula, independentemente de comprovação de perdas e danos:

$$PFP = 20\% \times QF \times PG$$

Onde:

PFP	é o valor da penalidade diária por FALHA DE PROGRAMAÇÃO no DIA em questão devida pela PARTE.
QF	é a QUANTIDADE FALTANTE DE GÁS.
PG	é o PREÇO DO GÁS vigente no MÊS em que tenha ocorrido a FALHA DE PROGRAMAÇÃO.

12.1.1 A penalidade estabelecida no item 12.1 acima e os custos previstos no item 5.2.3, caso aplicáveis, são as únicas indenizações aplicáveis à PARTE neste CONTRATO por força de FALHA DE PROGRAMAÇÃO.

12.1.2 Caso a FALHA DE PROGRAMAÇÃO seja oriunda de evento dos CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA e/ ou nos CONTRATO(S) UPSTREAM não causado pela VENDEDORA, então a penalidade por FALHA DE PROGRAMAÇÃO estará limitada ao valor efetivamente recebido pela VENDEDORA como indenização no contexto dos CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA e/ ou no(s) CONTRATO(S) UPSTREAM, conforme o caso.

12.1.3 Caso a COMPRADORA tenha direito a qualquer indenização do TRANSPORTADOR por perdas e danos incorridos que seja direta ou indiretamente decorrente de FALHA DE PROGRAMAÇÃO por parte da VENDEDORA, incluindo decorrente de entrega de GÁS desconforme, a COMPRADORA não poderá ser indenizada por mais de uma vez pelo mesmo dano, de modo que (i) caso a COMPRADORA receba gás do TRANSPORTADOR no PONTO DE SAÍDA, e/ou (ii) sempre que COMPRADORA receber uma indenização por parte do TRANSPORTADOR por FALHA DE PROGRAMAÇÃO, a indenização a ser paga pela VENDEDORA à COMPRADORA no âmbito deste CONTRATO não será aplicável ou será reduzida do valor efetivamente recebido pela COMPRADORA, conforme o caso.

12.1.4 QUANTIDADE FALTANTE.

Caso em determinado DIA ocorra uma FALHA DE PROGRAMAÇÃO, a QUANTIDADE FALTANTE (QF) será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QF_j = QDP_j - QDN_j - QN_{PPj} - QN_{FMj}; \text{ onde:}$$

QF_j	-	é a QUANTIDADE FALTANTE de GÁS no DIA “j”, no PONTO DE ENTRADA, sendo zero se o cálculo for negativo;
QDP_j	-	é a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o DIA “j” no PONTO DE ENTRADA,
QDN_j	-	é a QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDN) no DIA “j” no PONTO DE ENTRADA,
QN_{PPj}	-	é a soma das QUANTIDADES DE GÁS não disponibilizadas em função de PARADAS PROGRAMADAS ou PARADAS EMERGENCIAIS para o DIA “j”;
QN_{FMj}	-	é o somatório das QUANTIDADES DE GÁS não disponibilizadas decorrente de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR para o DIA “j”;

12.1.5 Determinação da QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDN) no PONTO DE ENTRADA:

A determinação da QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDN) será realizada através do envio para a COMPRADORA de cópia da NOTIFICAÇÃO de nominação de transporte, concomitantemente à sua efetiva apresentação pela VENDEDORA ao TRANSPORTADOR, considerando as previsões do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA.

12.1.6 Penalidade por entrega de GÁS fora de especificação.

No caso de entrega de GÁS fora de especificação pela VENDEDORA, em determinado DIA, no PONTO DE ENTRADA, que impacte a QUALIDADE DO GÁS no PONTO DE SAÍDA, a VENDEDORA pagará à COMPRADORA uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P_{GD} = QG_D \times 0,10 \times PG ; \text{ onde:}$$

P_{GD}	-	é o valor da penalidade por entrega de GÁS fora de especificação pela VENDEDORA;
QG_D	-	é a QUANTIDADE DE GÁS entregue pela VENDEDORA fora de especificação no DIA em questão;
PG	-	é o PREÇO DO GÁS vigente no DIA em questão.

12.1.7 As penalidades estabelecidas nos itens 12.1 e 12.1.6 são as únicas indenizações aplicáveis neste CONTRATO. Nenhuma outra indenização será devida, mesmo que as perdas e danos incorridos pela COMPRADORA tenham sido superiores ao valor ali estabelecido.

CLÁUSULA TREZE – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

13.1 ARBITRAGEM.

Diante de quaisquer controvérsias concernentes à interpretação ou à execução do CONTRATO, as PARTES, antes de qualquer outra medida, enviarão os seus melhores esforços para solucionar amigavelmente, por meio de negociação, qualquer DISPUTA decorrente ou relacionada com o CONTRATO, inclusive quanto à sua interpretação ou execução. A negociação terá duração de 30 (trinta) dias contados a partir da NOTIFICAÇÃO de qualquer das PARTES acerca da ocorrência da DISPUTA. Sem prejuízo disso, qualquer das PARTES poderá encerrar a negociação a qualquer tempo, mediante o envio de NOTIFICAÇÃO para a outra PARTE e instaurar a ARBITRAGEM.

13.1.1 Caso a DISPUTA não seja solucionada amigavelmente, na forma do item 13.1, esta, por iniciativa de qualquer das PARTES, deverá ser, exclusiva e definitivamente, resolvida por ARBITRAGEM administrada pelo Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem – CBMA, de acordo com o seu Regulamento de ARBITRAGEM, não sendo aplicáveis as regras da “Arbitragem Expedida”. O TRIBUNAL ARBITRAL terá sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, local onde a SENTENÇA ARBITRAL será proferida.

13.1.2 A ARBITRAGEM será necessariamente de direito, sendo vedado o julgamento por equidade ou com base em usos e costumes.

- 13.1.3 A DISPUTA será solucionada na ARBITRAGEM, aplicando-se a LEI brasileira.
- 13.1.4 O idioma de ARBITRAGEM e da sua decisão será o Português.
- 13.1.5 O TRIBUNAL ARBITRAL será composto por 3 (três) membros, escolhidos nos termos do Regulamento de ARBITRAGEM do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem – CBMA.
- 13.1.6 Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída não exceda o montante de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), no momento da celebração do termo de arbitragem, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por árbitro único (“ÁRBITRO ÚNICO”).
- 13.1.7 Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída exceda o montante de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), no momento da celebração do termo de arbitragem, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por um TRIBUNAL ARBITRAL, a ser constituído por 3 (três) membros.
- 13.1.8 Na hipótese de já ter sido indicado ou nomeado ÁRBITRO ÚNICO e o valor da causa superar o valor de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) até o momento da assinatura do termo de arbitragem, deverá ser dispensado o ÁRBITRO ÚNICO nomeado, devendo as PARTES nomear os coárbitros em até 10 dias contados da notificação da instituição arbitral. Os coárbitros irão, de comum acordo, nomear o Presidente do TRIBUNAL ARBITRAL.
- 13.1.9 A SENTENÇA ARBITRAL deverá ser emitida por escrito e será vinculante para as PARTES. Será irrecorrível, salvo nos casos previstos em LEI.
- 13.1.10 As PARTES poderão, antes da constituição do TRIBUNAL ARBITRAL, requerer a qualquer autoridade judicial competente a concessão de tutelas de urgência (cautelares ou antecipação dos efeitos da tutela de mérito) e das medidas judiciais previstas ou compatíveis com o Regulamento de Arbitragem ou com a Lei n.º 9.307/1996.
- 14.1.10.1 As ações judiciais nesse sentido ou aquelas destinadas à execução de medidas cautelares de proteção de direitos concedidas pelo TRIBUNAL ARBITRAL não serão consideradas como atos de renúncia à ARBITRAGEM.
- 13.1.11 Quaisquer requerimentos formulados à autoridade judicial ou tutelas por ela concedidas ou denegadas, deverão ser informados sem demora ao TRIBUNAL ARBITRAL. O TRIBUNAL ARBITRAL poderá, a qualquer tempo, reapreciar a tutela concedida judicialmente, mantendo, alterando ou revogando-a, ou ainda, se denegada, concedendo-a.
- 13.1.12 Fica eleito, com exclusão de qualquer outro, o foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para as ações cautelares de que tratam os itens 13.1.10 e 13.1.11 ou para qualquer pleito que, por sua natureza, não possa ser decidido pela via arbitral.
- 13.1.13 O CONTRATO será regido e interpretado, e todas as controvérsias dele emergentes ou com ele relacionadas serão resolvidas de acordo com o direito da República Federativa do Brasil.
- 13.1.14 A existência, o conteúdo e as decisões da ARBITRAGEM serão mantidos em sigilo pelas PARTES, exceto nas hipóteses permitidas pelo item CLÁUSULA DEZESETE – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE.

CLÁUSULA CATORZE – INADIMPLENTO E RESOLUÇÃO

14.1 A ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses constituirá EVENTO DE INADIMPLENTO de qualquer das PARTES:

- (a) violação dos itens 18.2, 18.3 e seus subitens, 18.3.1.2 e 18.3.1.3 do CONTRATO;
- (b) o não pagamento por qualquer das PARTES, no todo ou em parte, até a data de seu vencimento, do valor não controverso correspondente a qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA que lhe seja apresentado pela outra PARTE, se pela COMPRADORA, aliado à impossibilidade de execução da GARANTIA DE PAGAMENTOS (na forma da CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE PAGAMENTOS), bem como, quanto aos valores controversos, o não cumprimento por qualquer das PARTES do estabelecido no item 6.10;
- (c) o descumprimento pelas PARTES das obrigações estabelecidas no CONTRATO, formalizado pelo envio de NOTIFICAÇÃO da PARTE adimplente à PARTE inadimplente, caracterizando tal descumprimento;

(d) cessão parcial ou total a terceiros dos direitos e obrigações deste CONTRATO, em desacordo com a CLÁUSULA DEZESSEIS – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES;

(e) o não cumprimento pelas PARTES do objeto do CONTRATO;

(f) não oferecimento, substituição, complementação ou renovação, pela COMPRADORA, da GARANTIA DE PAGAMENTOS nos casos previstos neste CONTRATO, nos prazos estabelecidos na CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE PAGAMENTOS, conforme o caso;

14.2 Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES entre os listados em 14.1 acima, a PARTE adimplente poderá enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE para que esta possa sanar tal inadimplemento no prazo de 20 (vinte) DIAS contados do recebimento da referida NOTIFICAÇÃO, desde que o referido EVENTO DE INADIMPLEMENTO seja sanável.

14.2.1 A PARTE adimplente poderá resolver o CONTRATO desde que tenha transcorrido o prazo de 20 (vinte) DIAS estabelecido no item 14.2 sem que o inadimplemento tenha sido sanado. A resolução do CONTRATO dar-se-á mediante envio, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência, de NOTIFICAÇÃO à PARTE inadimplente.

14.2.1.1 Sem prejuízo do disposto no item 14.2.1, enquanto o EVENTO DE INADIMPLEMENTO não seja totalmente sanado, a VENDEDORA estará desobrigada de atender a qualquer solicitação de GÁS, com sua respectiva QDS, e a efetuar a entrega de qualquer QUANTIDADE DE GÁS. Eventual tolerância pela VENDEDORA em suspender a entrega de GÁS não significará renúncia de tal direito, podendo tal suspensão iniciar-se a qualquer momento, enquanto perdure o referido inadimplemento.

14.2.2 Uma vez sanado qualquer EVENTO DE INADIMPLEMENTO NOTIFICADO conforme item 14.2, as obrigações das PARTES no CONTRATO serão restabelecidas e as PARTES não mais terão o direito de resolver o CONTRATO com base em tal inadimplemento.

14.3 Na hipótese de resolução do CONTRATO, a PARTE inadimplente deverá pagar à outra PARTE, como indenização única aplicável em tal caso, independentemente do valor das perdas e danos efetivamente incorridos, o VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR) apurado conforme abaixo:

$$VIR = 0,20 \times (QDP_M \times DF \times PG) ; \text{ onde:}$$

VIR	-	é o VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO pela resolução antecipada do CONTRATO a ser pago pela PARTE inadimplente à outra PARTE;
QDP_M	-	é a média da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA ao longo do último MÊS anterior ao EVENTO DE INADIMPLEMENTO que tenha ocorrido a nominação de GÁS no âmbito deste CONTRATO;
DF	-	é a quantidade de DIAS faltantes para o término do período de vigência do CONTRATO, limitado a 365 DIAS;
PG	-	é o PREÇO DO GÁS (PG) vigente na data de resolução do CONTRATO, acrescido dos tributos e encargos aplicáveis.

14.3.1 Acordam as PARTES que, ressalvado o disposto no item 18.3.1.6, o valor estipulado no item 14.3 representa a totalidade de indenização exigível da PARTE inadimplente, ainda que maior seja o montante das eventuais perdas e danos. Efetuado o pagamento, nada mais haverá a pleitear extrajudicialmente ou judicialmente.

14.3.2 Na hipótese de rescisão imotivada do CONTRATO, a PARTE que efetuar a resolução se sujeitará ao pagamento do VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR) à outra PARTE.

14.4 A PARTE adimplente emitirá um DOCUMENTO DE COBRANÇA à PARTE inadimplente com o valor, acrescido dos tributos, correspondente ao VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR), detalhando o seu cálculo. O DOCUMENTO DE COBRANÇA deverá ser pago em até 30 (trinta) DIAS após a data de sua emissão.

14.5 O CONTRATO poderá ser resolvido por qualquer das PARTES, mediante envio de NOTIFICAÇÃO por escrito à outra PARTE, sem responsabilidade alguma de qualquer PARTE perante a outra PARTE, nas seguintes ocorrências:

- (a) por mútuo acordo das PARTES;
- (b) pela demora ou recusa na concessão de qualquer ato governamental, em prazo superior a 12 (doze) MESES, que afete diretamente o cumprimento das obrigações de cada PARTE;
- (c) pela impossibilidade de consumo e/ou de fornecimento de GÁS em razão de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR por um período continuado maior que 12 (doze) MESES;
- (d) pela impossibilidade de sobrevida do CONTRATO, em função de determinação legal.

14.6 A resolução do CONTRATO, nos termos previstos nesta cláusula e, conforme o caso, mediante o pagamento da quantia prevista no item 14.3, não eximirá as PARTES do pagamento dos valores eventualmente devidos à outra PARTE até a data de tal resolução e tampouco prejudicará ou afetará as previsões deste CONTRATO sobre sigilo e confidencialidade, incidências tributárias, solução de controvérsias, conduta das PARTES e as que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução.

14.7 O inadimplemento de qualquer das PARTES em quaisquer outros contratos celebrados por elas não será considerado inadimplemento no CONTRATO nem ocasionará a sua resolução, a aplicação de penalidade de qualquer natureza ou a suspensão de quaisquer obrigações aqui previstas.

CLÁUSULA QUINZE – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

15.1 Caracteriza-se como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, com estrita observância do artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância que afete qualquer uma das PARTES e que reúna, concomitantemente, todos os seguintes pressupostos:

- (a) que a ocorrência se dê e permaneça fora do controle da PARTE AFETADA;
- (b) a PARTE AFETADA não concorra direta ou indiretamente para a sua ocorrência;
- (c) a atuação da PARTE AFETADA, conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar sua ocorrência;
- (d) sua ocorrência afete ou impeça diretamente o cumprimento, total ou parcial, pela PARTE AFETADA, de uma ou mais obrigações previstas no CONTRATO.

15.2 Abrangência.

15.2.1 Sem prejuízo do disposto no item 15.1 e da existência de quaisquer outros eventos de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afetem qualquer das PARTES, fica, desde já, aceito e reconhecido como evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR qualquer um dos eventos listados abaixo, desde que verificados os requisitos do item 15.1:

- (i) ato de atentado público, vandalismo ou terrorismo, guerra declarada ou não, ameaça de guerra, revolução, guerrilha, insurreição, comoção civil, tumulto, rebelião, insurreição militar, golpe de estado, estado de sítio, declaração de estado de emergência ou lei marcial, embargo ou bloqueio econômico;
- (ii) cataclismos, raios, terremotos, maremotos, tornados, tempestades, incêndios, inundações e explosões; e
- (iii) qualquer evento que afete o cumprimento das obrigações de qualquer contrato celebrado pelas PARTES com terceiros referentes ao transporte, processamento, distribuição e/ou à compra e venda de gás natural, necessário ao fornecimento ou retirada do GÁS NATURAL objeto deste

CONTRATO, e que seja comprovadamente caracterizado como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, conforme definido nesta cláusula.

15.3 Eventos excluídos.

15.3.1 Não se configuram como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR os seguintes eventos:

(a) greve ou qualquer outra perturbação de natureza similar executada somente pelos empregados, agentes ou prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA;

(b) alteração das condições econômicas e financeiras da PARTE AFETADA, bem como a alteração das condições de mercado para comercialização do GÁS;

(c) qualquer quebra ou falha de qualquer setor de planta industrial, instalações, maquinário ou equipamento pertencente à PARTE AFETADA, seus prestadores de serviços contratados ou subcontratados, exceto se decorrente diretamente da ocorrência do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;

(d) atraso no desempenho das obrigações assumidas por prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA que afetem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela PARTE AFETADA neste CONTRATO, exceto se comprovado que o atraso por parte dos prestadores de serviços contratados ou subcontratados decorreu diretamente da ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

15.4 Procedimentos em ocorrências de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

Na hipótese de ocorrência de situações caracterizadas como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, deverão ser adotadas pela PARTE AFETADA as seguintes medidas:

(a) informar sobre a ocorrência do evento e enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, tão logo quanto possível, apresentando as informações disponíveis em relação à estimativa da duração, do provável impacto no desempenho de suas obrigações e as possíveis ações que serão tomadas, pela PARTE AFETADA, para remediar ou mitigar as consequências de tal evento;

(b) adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando possibilitar a execução normal do CONTRATO o mais brevemente possível;

(c) manter a outra PARTE informada a respeito de suas ações e de seu plano de ação;

(d) prontamente enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE da cessação do evento e de suas consequências;

(e) permitir à outra PARTE, quando possível, o acesso a qualquer instalação afetada pelo evento, para uma inspeção local, por conta e risco da PARTE que deseje inspecionar;

(f) complementar posteriormente a informação de que trata o item 15.4(a) com a comprovação da ocorrência do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, bem como seu impacto adverso no cumprimento das obrigações da PARTE AFETADA.

15.4.1 Caso a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 15.4(a) seja enviada em até 72 (setenta e duas) horas contadas do conhecimento da ocorrência do evento, a suspensão das obrigações das PARTES em decorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR se dará a partir da data em que o referido evento tenha se iniciado.

15.4.2 Na hipótese de a NOTIFICAÇÃO ser enviada após o prazo previsto no item 15.4.1, os efeitos do evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR somente se produzirão a partir da data de envio da NOTIFICAÇÃO.

15.4.3 Com relação ao item 15.4(b), a PARTE AFETADA não estará obrigada a agir diferentemente do que seja apropriado às práticas da indústria, e semelhante à prática adotada em situações similares.

15.5 Obrigações não afetadas.

15.5.1 Nenhum CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR eximirá as PARTES de qualquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que se tenham constituído antes dele, embora sejam exigíveis durante ou posteriormente ao evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, em especial as obrigações de pagar as importâncias em dinheiro devidas no CONTRATO.

15.6 Efeitos no CONTRATO.

15.6.1 Com a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, as PARTES, enquanto perdurarem os efeitos decorrentes de tal evento, estarão dispensadas do cumprimento das obrigações contratuais, diretamente afetadas pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, caracterizado nos termos do CONTRATO, bem como exoneradas de qualquer responsabilidade pela falta ou atraso no cumprimento das obrigações que sejam diretamente atribuíveis ao CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

15.6.2 Para cada DIA de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR será estabelecida uma nova QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), considerando a QUANTIDADE DE GÁS que não será entregue e/ou retirada, constante na NOTIFICAÇÃO de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, que servirá de base para as penalidades estabelecidas na CLÁUSULA DOZE – PENALIDADES.

15.6.3 A QUANTIDADE DE GÁS que não possa ser entregue pela VENDEDORA em função de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR será abatida dos compromissos de retirada e de fornecimento do CONTRATO.

15.7 Em caso de divergência de entendimento quanto à caracterização de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, qualquer das PARTES poderá submetê-la à ARBITRAGEM, sendo que, enquanto perdurar a controvérsia, o evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR produzirá seus efeitos sobre as obrigações do CONTRATO.

15.8 Caso a SENTENÇA ARBITRAL determine que não ocorreu o CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, ou a PARTE que alegou mude seu entendimento, a PARTE que tenha alegado tal evento será responsável pelas consequências previstas no CONTRATO devido ao não cumprimento das obrigações que foram suspensas por força do suposto evento alegado de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

CLÁUSULA DEZESSEIS – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES

16.1 O CONTRATO poderá ser cedido, no todo ou em parte, a uma pessoa jurídica que reúna as mesmas ou similares condições de garantia técnica, solvência financeira e risco de integridade que a cedente, com a efetiva transferência e sub-rogação de todos os direitos e obrigações estipulados no CONTRATO.

16.2 A PARTE que desejar ceder seus direitos e obrigações, conforme item 16.1, deverá manifestar sua intenção, mediante NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, que deverá concordar ou justificar a recusa, esta baseada em critério de natureza técnica e/ou econômico-financeira, ou, ainda, de não conformidade com o disposto na CLÁUSULA DEZOITO – GOVERNANÇA deste CONTRATO e com o risco de integridade da pessoa jurídica, em um prazo máximo de 90 (noventa) DIAS.

16.2.1 A falta de manifestação formal em contrário no prazo estipulado será considerada como plena concordância com a cessão pela PARTE omissa.

16.2.2 Tendo havido recusa que não seja considerada procedente pela PARTE que deseja efetuar a cessão, o assunto será submetido à ARBITRAGEM.

16.3 Autorizada a cessão, dela deverá constar, obrigatoriamente, que a PARTE remanescente opõe ao cessionário as exceções oriundas do CONTRATO que lhe competirem opor ao cedente, o qual permanecerá solidariamente obrigado ao cessionário até o cumprimento integral pelo cedente de todas as obrigações contratuais constituídas e vencidas porventura existentes até o momento da cessão.

16.3.1 Na hipótese de cessão parcial do CONTRATO, a PARTE cedente e o cessionário serão responsáveis por todos os direitos e obrigações deles decorrentes na proporção de seus respectivos volumes.

CLÁUSULA DEZESETE – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

17.1. As PARTES obrigam-se, pelo prazo de duração do CONTRATO e suas eventuais prorrogações e adicionalmente por 10 (dez) anos após o término do mesmo, a manter o CONTRATO sob sigilo, bem como todas as informações referentes a qualquer aspecto do CONTRATO, que lhes forem transmitidas ou obtidas em razão destes.

17.2. As PARTES se responsabilizam, para fins de sigilo, pelas informações referentes a qualquer aspecto do CONTRATO divulgadas por si, seus sucessores e Representantes.

17.3. São consideradas sigilosas e confidenciais todas as informações fornecidas, independentemente de expressa menção quanto ao sigilo e confidencialidade das mesmas.

17.4. O descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade importará, em qualquer hipótese, na responsabilidade civil por perdas e danos que a PARTE infratora venha a causar à outra PARTE inclusive no que concerne a danos indiretos e lucros cessantes.

17.5. Só serão legítimos como motivos de exceção à obrigatoriedade de sigilo, a ocorrência de descumprimento nas seguintes hipóteses:

(a) a informação já era comprovadamente conhecida e de domínio público anteriormente à sua divulgação por forma legal e legítima ou venha a se tornar pública posteriormente, sem que a revelação seja feita indevidamente pela PARTE receptora da informação confidencial.

(b) ter havido prévia e expressa anuência da PARTE titular da informação, mediante autorização da maior autoridade do órgão responsável pelo CONTRATO, quanto à liberação da obrigação de sigilo e confidencialidade relativamente àquela informação.

(c) a informação foi comprovadamente obtida por outra fonte, de forma legal e legítima.

(d) a determinação judicial, arbitral, legal e/ou solicitação de órgão público a que quaisquer das PARTES estejam subordinadas ou vinculadas, desde que requerido segredo no seu trato judicial, arbitral e/ou administrativo, devendo ainda a PARTE que divulgou a informação dar ciência à outra PARTE.

(e) para qualquer órgão público, desde que exigido por LEI.

(f) A informação foi desenvolvida pela PARTE ou por uma de suas AFILIADAS independentemente da informação contida e liberada para tal PARTE nos termos do CONTRATO.

CLÁUSULA DEZOITO – GOVERNANÇA

18.1 **Saúde Ocupacional, Meio Ambiente e Proteção à COMPRADORA.**

18.1.1 As PARTES comprometem-se a observar as normas legais e regulatórias relacionadas ao transporte, à distribuição e ao consumo de gás natural, além de enviaar esforços para a adoção das melhores práticas da indústria internacional de gás natural e obediência às normas e procedimentos técnicos e científicos pertinentes, visando à garantia de:

- (a) segurança operacional, através do emprego de métodos e processos que assegurem a segurança ocupacional, a saúde ocupacional do trabalhador e a prevenção de acidentes operacionais;
- (b) preservação do meio ambiente e respeito às populações, através da adoção de tecnologias e procedimentos associados à prevenção e à mitigação de danos ambientais;
- (c) proteção e segurança da COMPRADORA quando da utilização do gás natural.

18.2 **Da Vedação ao Nepotismo.**

18.2.1 A COMPRADORA não poderá manter, durante a execução do CONTRATO, administrador ou sócio com poder de direção que seja cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de empregado(a) da VENDEDORA detentor(a) de função de confiança: (i) que autorizou a contratação; (ii) que assinou o CONTRATO; (iii) responsável pela demanda; (iv) responsável pela contratação; (v) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela demanda; (vi) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela contratação.

18.2.2 O descumprimento da obrigação acima acarretará multa de 1,0% (um por cento) do valor deste CONTRATO ou, alternativamente, poderá acarretar a resolução do CONTRATO na forma dos itens 14.1(c) e 14.2, caso (i) na data de celebração do CONTRATO, o sócio com poder de direção, membro do conselho de administração ou da diretoria da COMPRADORA tenha a relação mencionada no item 18.2.1, ou (ii) após a celebração do CONTRATO, uma vez alterada a composição do conselho de administração ou da diretoria da COMPRADORA e identificada a relação mencionada no item 18.2.1, o respectivo administrador da COMPRADORA não se abstenha de participar das decisões envolvendo este CONTRATO.

18.3 **Da Conduta das Partes e das Práticas Anticorrupção.**

18.3.1 Em relação às operações, serviços e outras atividades relativas a este CONTRATO:

18.3.1.1 Cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e os membros do seu Grupo (i) não realizaram, ofereceram, prometeram ou autorizaram, bem como (ii) não realizarão, oferecerão, prometerão ou autorizarão, a entrega de qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem, seja direta ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto de qualquer autoridade ou funcionário público, partido político, representante de partido político, candidato a cargo eletivo ou qualquer outro indivíduo ou entidade, quando tal oferta, pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem constituir violação à Lei 12.846/13, ao *United States Foreign Corrupt Practices Act* de 1977 ou ao *United Kingdom Bribery Act* (coletivamente denominados as "Leis Anticorrupção"). Para os efeitos desta cláusula, "Grupo" significa, em relação a cada uma das PARTES, suas controladoras, controladas, sociedades sob controle comum, seus administradores, diretores, prepostos, empregados, representantes e agentes atuando no interesse ou benefício da PARTE em operações, serviços e outras atividades relativas a este CONTRATO.

18.3.1.1.1 Cada PARTE declara, garante e se compromete que cumprirá as Leis Anticorrupção.

18.3.1.1.2 Adicionalmente, nas atividades econômicas e financeiras relativas a este CONTRATO, cada PARTE declara e garante que ela e os membros do seu Grupo não utilizaram ou utilizarão bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de atividades ilícitas, bem como não ocultaram ou dissimularam a sua natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade, e cumprirão as demais normas referentes a lavagem de dinheiro, incluindo, porém não se limitando, as condutas descritas na Lei nº 9.613/98 e demais legislações aplicáveis à PARTE.

18.3.1.2 Cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e os membros do seu Grupo não pagaram ou pagarão, direta ou indiretamente por meio de qualquer pessoa ou entidade, quaisquer taxas, comissões ou reembolsos à outra PARTE ou aos membros do Grupo da outra Parte, bem como que não ofereceram, prometeram, autorizaram ou entregaram, tampouco oferecerão, prometerão, autorizarão ou entregarão à outra PARTE ou aos membros do Grupo da outra PARTE, qualquer

presente ou entretenimento de forma a influenciar ou induzir qualquer ação ou omissão em relação a este CONTRATO.

18.3.1.3 Cada PARTE declara, garante e se compromete que não utilizou ou utilizará broker, agente, consultor ou qualquer outro intermediário na solicitação, obtenção, negociação, estruturação ou execução do presente CONTRATO ou em qualquer assunto relacionado a este CONTRATO, quando a utilização de tal broker, agente, consultor ou intermediário faça com que a PARTE viole os compromissos assumidos nos itens 18.3.1.1 e 18.3.1.2 ou quando as ações de tal broker, agente, consultor ou intermediário caracterizem qualquer infração deste item 18.3.

18.3.1.4 As PARTES declaram, garantem e se comprometem que possuem políticas e procedimentos adequados em vigor e em relação à ética e conduta nos negócios e às Leis Anticorrupção.

18.3.1.5 Cada PARTE deverá responder com razoável detalhamento e com suporte documental adequado a qualquer solicitação razoável da outra PARTE relacionada aos compromissos, garantias e declarações realizadas neste item 18.3, sendo que as PARTES não serão obrigadas a apresentar informações protegidas por sigilo legal. Essa obrigação permanecerá válida independentemente do término do CONTRATO.

18.3.1.6 Cada PARTE ("Parte Indenizante") deverá defender, indenizar e manter a outra PARTE isenta de responsabilidade em relação a reivindicações, danos, perdas, multas, custos e despesas diretamente decorrentes de qualquer descumprimento dos compromissos e declarações previstas nesta Cláusula pela PARTE Indenizante e pelos membros do Grupo da PARTE Indenizante. Esta obrigação não se sujeita ao limite de responsabilidade previsto no item 14.3 e permanecerá válida independentemente do término do CONTRATO.

18.3.1.7 Cada PARTE deverá: (i) manter controles internos adequados relacionados às suas obrigações previstas nos itens 18.3.1.1, 18.3.1.2 e 18.3.1.3; (ii) elaborar e preparar seus livros, registros e relatórios de acordo com as práticas contábeis usualmente adotadas, aplicáveis à PARTE; (iii) elaborar livros, registros e relatórios apropriados das transações da PARTE, de forma que reflitam, correta e precisamente, e com nível de detalhamento razoável, os ativos e os passivos da PARTE; (iv) manter os livros, registros e relatórios acima referidos pelo período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da vigência do CONTRATO e (v) cumprir a legislação aplicável.

18.3.1.8 Cada PARTE deverá providenciar, mediante solicitação razoável da outra PARTE, um certificado por escrito assinado por representante autorizado no sentido de ter a respectiva PARTE cumprido as determinações dos itens 18.3.1.1, 18.3.1.2 e 18.3.1.3.

18.3.1.9 Cada PARTE ("PARTE Notificante") reportará, sempre que tiver conhecimento, qualquer solicitação ou oferta, explícita ou implícita, de qualquer vantagem pessoal feita por qualquer membro do Grupo da outra PARTE para a PARTE Notificante. Tais solicitações ou ofertas deverão ser reportadas observando os dados constantes no CONTRATO.

CLÁUSULA DEZENOVE – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

19.1 As PARTES, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente CONTRATO em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta. No manuseio dos dados as PARTES deverão:

(i) Tratar os dados pessoais a que tiver acesso em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à outra PARTE, que terá o direito de rescindir o CONTRATO sem qualquer ônus, multa ou encargo.

(ii) Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou

consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

(iii) Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da PARTE detentora originariamente dos dados.

19.2 A PARTE causadora de vazamento ou mal usado dos dados será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à outra PARTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento quanto à proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA VINTE – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO

20.1 Para todos os efeitos legais derivados do CONTRATO, as PARTES indicam, a seguir, os respectivos domicílios para onde devem ser enviadas as NOTIFICAÇÕES relacionadas ao CONTRATO:

(i) VENDEDORAS:

Av. Luis Viana Filho, 13.223, torre 3, sala 401, Hangar Business Park – São Cristóvão –

Salvador – BA

CEP 41500-300

A/C: João Vitor Silva Moreira

Fone: (71) 3635-0237

(ii) COMPRADORA:

Av. Prof. Magalhães Neto, 1.838 – Pituba – Salvador – BA

CEP 41.810-012

A/C: Gerência de Suprimento de Gás e de Mercado

Fone: (71) 3206-6198

20.2 Serão válidas como NOTIFICAÇÃO e vinculará as PARTES quaisquer trocas de informação de ordem operacional, de uma PARTE à outra, desde que realizadas entre as centrais operacionais das PARTES, conforme a seguir:

VENDEDORAS:

Av. Luis Viana Filho, 13.223, torre 3, sala 401, Hangar Business Park – São Cristóvão –

Salvador – BA

CEP 41500-300

A/C: Rafaela Furtado

Fone: (71) 3635-0237

Plantão Emergencial: 0800-071-8027

Correios eletrônicos (e-mails):

Comercial: gasnatural@petroreconcavo.com.br

Programação: gasnatural@petroreconcavo.com.br

Medição e Qualidade: gasnatural@petroreconcavo.com.br

COMPRADORA:

Av. Prof. Magalhães Neto, 1.838 – Pituba – Salvador – BA

CEP 41.810-012

A/C: Gerência de Suprimento de Gás e de Mercado

Fone: (71) 3206-6198

Plantão Emergencial: (71) 3632-3422 / (71) 99138-9000

Correios eletrônicos (e-mails):

Comercial: mercado_gas@bahiagas.com.br

Programação: programacao_gas@bahiagas.com.br

Medição e Qualidade: medicao@bahiagas.com.br

20.3 Qualquer uma das PARTES terá o direito de modificar seus dados para contato, acima indicados, mediante NOTIFICAÇÃO transmitida à outra.

20.4 Qualquer NOTIFICAÇÃO será considerada válida na data de seu efetivo e comprovado recebimento, exceto nos casos em que estiver expressamente previsto no CONTRATO de forma diversa.

CLÁUSULA VINTE E UM – NOVAÇÃO

21.1 As estipulações previstas no CONTRATO não constituem novação de ajustes, acordos ou contratos de mesma natureza já existentes entre as PARTES, que permanecem inalterados.

21.2 Na eventualidade de uma das PARTES deixar de exigir o cumprimento de qualquer obrigação prevista no CONTRATO, tal prática não constituirá novação ou renúncia expressa ou tácita ao direito de fazê-lo em qualquer oportunidade. Qualquer renúncia ou novação a um direito estabelecido no CONTRATO só será considerada válida e eficaz mediante manifestação por escrito da PARTE renunciante.

CLÁUSULA VINTE E DOIS – DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 Nulidade das cláusulas contratuais.

22.1.1 Se qualquer disposição deste CONTRATO for considerada ilegal, inválida ou inexecutável, de acordo com as LEIS em vigor durante a vigência do CONTRATO, tal disposição será considerada completamente independente do CONTRATO. O CONTRATO será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável não o integrasse e as disposições remanescentes permanecerão em pleno vigor e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável.

22.1.2 Na hipótese do item 22.1.1, as PARTES, através de aditivos ao CONTRATO, substituirão adequadamente tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável por uma disposição ou disposições outras que, dentro do legalmente possível, deverão aproximar-se do que as PARTES entendam ser a disposição original e a finalidade da mesma.

22.2 Modificação das cláusulas.

22.2.1 Este Contrato não poderá ser alterado senão por termo aditivo assinado pelos representantes legais devidamente autorizados de ambas as PARTES.

22.3 Declarações e Garantias.

22.3.1 As PARTES declaram e garantem reciprocamente que, na data de celebração do CONTRATO:

(a) Possuem plenos poderes para celebrar o presente CONTRATO e todos os demais instrumentos nele mencionados, bem como para assumir validamente e cumprir integralmente todas as obrigações deles decorrentes;

(b) As pessoas naturais que assinam o presente CONTRATO na qualidade de representantes legais encontram-se plenamente autorizadas a fazê-lo, sem qualquer reserva ou limitação e sem a

necessidade de obtenção de qualquer autorização legal, contratual ou estatutária que, nesta data, ainda não tenha sido obtida;

(c) A celebração deste CONTRATO e/ou o cumprimento das obrigações nele contempladas não entram em conflito com (i) qualquer dispositivo dos respectivos contratos ou estatutos sociais das PARTES; (ii) qualquer dispositivo de natureza administrativa ou legal aplicável às PARTES; e/ou (iii) qualquer determinação, intimação, decisão ou ordem emitida por qualquer autoridade que possa afetar, direta ou indiretamente, a capacidade das PARTES de celebrar e cumprir as disposições do presente CONTRATO;

(d) O CONTRATO vinculará e obrigará as PARTES e seus respectivos sucessores e cessionários, a qualquer título, incluindo sem limitação as hipóteses de cisão, fusão ou incorporação de qualquer das PARTES;

(e) O término, a resolução ou a rescisão do CONTRATO não eximirá qualquer PARTE de suas obrigações que subsistam em relação ao mesmo.

22.3.2 As PARTES declaram a mais ampla concordância com os termos deste CONTRATO, além de ter pleno conhecimento que:

(a) Todas as informações deste CONTRATO são suficientes e possuem todos os elementos necessários de operacionalização do mesmo;

(b) O presente CONTRATO está em base equilibrada para as PARTES e apresenta condições comerciais de interesse das mesmas.

22.4 **Cessão de Créditos.**

22.4.1 A VENDEDORA, como disposto no art. 286 do Código Civil Brasileiro, poderá ceder ou dar em garantia, a qualquer título, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos deste CONTRATO, aplicando-se, nessa hipótese, todas as demais disposições legais a respeito da matéria.

22.4.2 A VENDEDORA deverá NOTIFICAR a COMPRADORA sobre toda e qualquer operação de cessão ou garantia de créditos decorrentes ou oriundos deste CONTRATO, nos termos do item 22.4.1.

22.5 **Responsabilidade das VENDEDORAS.**

22.5.1 PETRORECÔNCAVO, MIRANGA e POTIGUAR serão responsáveis perante a COMPRADORA pelo cumprimento deste CONTRATO e de todas as obrigações das VENDEDORAS nele previstas ou dele decorrentes, incluindo em relação as obrigações de entrega de qualquer QUANTIDADE DE GÁS. O descumprimento das obrigações estabelecidas neste CONTRATO pela PETRORECÔNCAVO, pela SPE MIRANGA ou pela POTIGUAR será considerado um descumprimento por todas as VENDEDORAS e um evento de inadimplemento e/ou rescisão com relação a qualquer das VENDEDORAS isoladamente será considerado um evento de inadimplemento e/ou rescisão com relação a todas as VENDEDORAS, podendo a COMPRADORA, nesse caso, rescindir o CONTRATO com relação às três VENDEDORAS. A PETRORECÔNCAVO, SPE MIRANGA e POTIGUAR não ficarão liberadas de responsabilidade, ainda que o cumprimento de suas obrigações decorrentes deste CONTRATO fique impossibilitado por culpa da outra.

22.5.2 É de conhecimento das PARTES que a PETRORECÔNCAVO somente será responsável por qualquer pagamento ou obrigação atribuídas às VENDEDORAS neste CONTRATO caso não haja cumprimento das obrigações por parte da SPE MIRANGA ou da POTIGUAR, conforme o caso, em até 60 (sessenta) DIAS contados a partir da data do inadimplemento por parte da SPE MIRANGA ou da POTIGUAR."

CLÁUSULA VINTE E TRÊS – CONFORMIDADE DAS PARTES

23.1. As PARTES expressam a sua concordância com o teor integral do CONTRATO, obrigando-se a seu fiel e estrito cumprimento.

23.2. Para os fins do Artigo 10, Parágrafo Segundo, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de

agosto de 2001, as PARTES, bem como seus signatários, na qualidade de representantes legais destas, admitem a assinatura digital do presente CONTRATO, comprovada por meio de certificação digital credenciado pela ICP-Brasil, válida e hábil para garantir a integridade e a autoria deste CONTRATO. Assim, as PARTES reconhecem que este CONTRATO e qualquer outro documento a ele relacionado poderão ser assinados eletronicamente ou de forma manuscrita, bem como que as assinaturas eletrônicas apostas neste CONTRATO possuirão valor legal, para todos os fins, incluindo a comprovação da validade jurídica, integridade e autenticidade do CONTRATO.

Salvador, 15 de junho de 2022.

PETRORECONCAVO S.A.

Marcelo Campos Magalhães
Diretor Presidente

Rafael Procaci da Cunha
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

SPE MIRANGA S.A.

Marcelo Campos Magalhães
Diretor Presidente

Rafael Procaci da Cunha
Diretor Administrativo e Financeiro

POTIGUAR E&P S.A.

Marcelo Campos Magalhães
Diretor Presidente

Rafael Procaci da Cunha
Diretor Administrativo e Financeiro

COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS

Luiz Raimundo Barreiros Gavazza
Diretor Presidente

Paulo Virgínio Teixeira de Lucena
Diretor Técnico e Comercial

TESTEMUNHAS:

Nome: João Vitor Silva Moreira
CPF: [REDACTED]

Nome: Makyo de Araújo Félix
CPF: [REDACTED]

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign.

Para verificar as assinaturas clique no link: [REDACTED]

[REDACTED] utilize o código abaixo para
verificar se este documento é válido.

Código para verificação: [REDACTED]

[REDACTED]

Hash do Documento

[REDACTED]

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 15/06/2022 é(são) :

- ☒ Luiz Raimundo Barreiros Gavazza (Signatário) - [REDACTED]
em 15/06/2022 18:01 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Paulo Virginio Teixeira De Lucena (Signatário) - [REDACTED]
em 15/06/2022 15:16 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Marcelo Campos Magalhaes (Signatário - PETRORECÔNCAVO
S.A.) - [REDACTED] em 15/06/2022 14:49 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Rafael Procaci Da Cunha (Signatário - PETRORECÔNCAVO
S.A.) - [REDACTED] em 15/06/2022 14:18 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Joao Vitor Silva Moreira (Testemunha - PETRORECÔNCAVO
S.A.) - [REDACTED] em 15/06/2022 12:47 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Makyo de Araujo Felix (Testemunha) - [REDACTED] em
15/06/2022 11:33 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital

O(s) nome(s) indicado(s) para autorizar, bem como seu(s) status em 15/06/2022 é(são) :

- ☒ Victor Magalhaes Goncalves Da Silva - [REDACTED] em
14/06/2022 19:18 UTC-03:00

